

**Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de  
violência contra mulheres no contexto brasileiro**

**Pesquisador responsável:**

***Adriano Beiras***

**Doutor em Psicologia Social pela  
Universidade Autônoma de Barcelona  
Consultor no Instituto Noos-RJ**

**2014**

**Realização**

instituto  
**NOOS**

**Patrocínio**

**+pai**

**Parceria**

 **PROMUNDO**

**Agradecimentos:**

*Marina Sidrim Teixeira, Mariah Maia pela ajuda no campo de pesquisa, confecção dos gráficos e manejo do SPSS e Rita Flores Müller, pela ajuda no processo de escrita e revisão do texto.*

## Conteúdo

<b>Introdução/contextualização.....</b>	<b>5</b>
<b>Objetivo geral .....</b>	<b>6</b>
<b>Metodologia .....</b>	<b>7</b>
<b>Resultados .....</b>	<b>10</b>
<b>Eixo 1 - Aspecto institucional, contexto e histórico .....</b>	<b>12</b>
Origens/Histórico .....	12
Tipos de Instituição .....	17
<b>Eixo 2 – Objetivos .....</b>	<b>18</b>
Objetivos da Instituição .....	18
Objetivos da Intervenção ou Programa .....	21
<b>Eixo 3 – Teorias/ Fundamentos .....</b>	<b>23</b>
Aspectos epistemológicos e teóricos .....	23
Perspectiva Feminista .....	24
Autores de Masculinidades.....	25
<b>Eixo 4 - Metodologia.....</b>	<b>27</b>
Tipo de atendimento.....	27
Número de sessões .....	28
Coordenação Grupal .....	30
Estruturação do Grupo.....	32
Metodologia - esclarecimentos adicionais.....	34
<b>Eixo 5 - Recursos financeiros e capacitações .....</b>	<b>39</b>
Captação de Recursos .....	39
Remuneração dos facilitadores.....	41
Capacitações iniciais ou periódicas .....	41
<b>Eixo 6 – Acesso e encaminhamentos .....</b>	<b>44</b>
Como os homens acessam o programa .....	44
Encaminhamento ao grupo.....	45
Público-alvo.....	47
Trabalho em rede.....	48
Encaminhamento a outros serviços .....	48
Atendimento a mulheres, famílias ou crianças .....	50
<b>Eixo 7 - Avaliação .....</b>	<b>51</b>
Monitoramento e avaliação.....	51
Dificuldades.....	52
Aprendizados .....	54
Dados adicionais - aspectos relevantes da experiência .....	57
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>60</b>
<b>Referências .....</b>	<b>62</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>64</b>

## ***Introdução/contextualização***

Cada vez mais é visível um consenso de que é fundamental intervir em homens autores de violência contra mulheres, à parte dos serviços já dedicados às vítimas. Dada a complexidade da temática, é necessário atuar em diferentes frentes, de forma a contemplar todos os envolvidos/as. No contexto latino-americano, há uma série de intervenções ou programas pioneiros de trabalho com homens, entre elas está o Instituto Noos, no Rio de Janeiro.

Toneli, Beiras, Clímaco, Lago (2010) realizaram uma pesquisa exploratória para conhecer esses grupos. Nessa época, no Brasil havia pouquíssimas intervenções. O contexto latino-americano estava marcado por programas principalmente psicoeducativos e reflexivos, baseados na revisão de aspectos de masculinidades e gênero, e realizados em sua maioria em instituições não governamentais. Os facilitadores dos grupos eram em sua maioria homens, inclusive alguns que já haviam passado pelos grupos, e não necessariamente profissionais. As dificuldades encontradas se referiam principalmente a financiamentos, avaliação, monitoramento e sistematização. Em alguns casos o trabalho com homens era visto como se competisse com os serviços para as mulheres na busca de recursos, o que, em alguns casos, dificultava a continuidade do trabalho.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei número 11.340/2006), o interesse de serviços públicos em realizar esse tipo de intervenção tem crescido gradualmente. Essa nova lei, do ano de 2006, recomenda em seu texto a criação de serviços de atenção aos homens autores de violência. Ainda assim, são muitas as dificuldades de criação de serviços como estes, dados diversos aspectos, tais como: políticas públicas ainda ineficientes, mudanças de gestão por questões políticas e fim de mandatos que interrompem serviços iniciados, desconhecimento sobre serviços similares para troca de experiências, necessidade de capacitação continuada dificultada pela falta de recursos e dificuldades de gestão, e dificuldades ainda presentes de desenvolvimento e captação de recursos. Além do entendimento de que os recursos para estes serviços poderiam “competir” com aqueles destinados ao trabalho com as mulheres vítimas, no lugar de entender que ambos caminham juntos e se interconectam.

Outro aspecto que surge como problemático é o local onde estes serviços podem ser criados. Em diversos países há experiências de intervenção em contextos de saúde, tribunais de justiça, penitenciárias, prefeituras e organizações não governamentais. Diante deste contexto, e após alguns anos da promulgação da Lei Maria da Penha, fica a questão de onde e como estes serviços estão sendo oferecidos no Brasil, diante de quais avanços e dificuldades, de que forma e com qual metodologia.

Na literatura internacional e nacional sobre a temática (Gondolf, 1997; Wexler, 1999; Adams & Cayouette, 2002; Nascimento, 2001; Gondolf, 2002; Acosta, Andrade, Bronz, 2004; Beiras, Lodetti, Clímaco, Lago &

Toneli, 2007, Welland & Wexler, 2007; Lima, Buchele y Clímaco, 2008; Quinteros-Turinetto y Carbajosa-Vicente, 2008; Garda Salas, 2009; Beiras, 2009; Jennkins, 2009; Boira Sarto, 2010; Geldschläger, Ginés, Ponce, 2011; Ponce, 2012; Ruiz Arias et. al 2010; Beiras, 2012) há diversos formatos e metodologias de base, assim como aspectos teórico-epistemológicos que influenciam sua aplicação. Há também determinadas diretrizes e recomendações feitas em diferentes países, como Espanha (Montero & Bonino, 2006) e México (Vargas Urías, 2009), com aspectos mínimos a serem considerados nestes serviços. Nestas diretrizes, há uma coincidência da necessidade de trabalhar com gênero e aspectos relacionados à construção de masculinidades, dominação masculina, machismo e um trabalho em rede.

Este estudo busca mapear as experiências existentes no contexto brasileiro, de forma a conhecer suas especificidades, necessidades e promover o desenvolvimento de uma rede de intercâmbio de informações entre os serviços, para proporcionar futuras gestões e aprimoramentos. Entende-se que, apesar de haver passado alguns anos da lei, o contexto brasileiro ainda apresenta de forma incipiente estes serviços, havendo necessidade de criação de muitos outros para contemplar o território nacional e a necessidade da população.

### ***Objetivo geral***

Conhecer de forma exploratória, descritiva e não exaustiva as experiências de serviços de atenção a homens autores de violência contra mulher no Brasil.

## **Metodologia**

O estudo foi realizado de forma exploratória e descritiva, principalmente em formato qualitativo. Os serviços de atenção a homens autores de violência contra mulheres foram contatados por telefone ou email. A busca foi feita a partir de redes de contato do pesquisador, do Instituto Noos e dos próprios entrevistados. Foram pesquisados também pela internet, via buscador Google, aqueles programas que estavam disponíveis através de notícias e páginas institucionais. A alguns destes programas, o acesso foi possível, a outros não, por dificuldades de encontrar um telefone, email ou outra forma concreta de estabelecer uma conexão ou por não haver resposta pelo contato previamente estabelecido. Estas buscas e pesquisa de campo foram feitas durante quatro meses (entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014). A partir do primeiro diálogo estabelecido por telefone ou email, enviamos um questionário com perguntas fechadas, abertas e semi-abertas. Cada instituição tinha um prazo de 10 dias, aproximadamente, para retornar o documento preenchido. Não foram priorizadas na busca instituições que realizassem intervenções estritamente individuais, delimitando desta forma a amostra em atendimentos individuais e grupais ou exclusivamente grupais. Foram encontrados **25 programas** em diferentes estados brasileiros. Alguns estados não foram cobertos pela ausência de programas ativos durante a realização da pesquisa ou inativos temporariamente ou permanentemente. No total, foram obtidos **19 questionários**.

Número de Programas localizados	25
Número de Programas entrevistados / questionários recebidos	19

Os questionários foram inseridos no programa informático de análise qualitativa Atlas.ti® e no programa SPSS, no caso das perguntas fechadas. No primeiro programa (Atlas.ti®), todo o material foi dividido em categorias temáticas, a partir das perguntas feitas e áreas de interesse de análise. No segundo programa, os dados quantitativos, das perguntas fechadas, foram trabalhados em porcentagens e transformados em gráficos e tabelas. Em uma divisão por estado, na qual somente o Nordeste não está representado, apresenta-se o seguinte panorama:

UF	N
AC	1
DF	2
ES	1
MG	2
MT	1
PR	2
RJ	3
SC	1
SP	6

Na tabela a seguir, apresentamos os dados de cada instituição encontrada, daquelas que participaram da pesquisa e nome dos entrevistados:

	<b>Nome da Instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>	<b>Nome(s) entrevistado/a(s)</b>
1	Prefeitura Municipal de Blumenau	Blumenau	SC	Ricardo Bortoli
2	Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social - Instituto Albam	Belo Horizonte	MG	João Paulo Bernardes Gonçalves Felippe Lattanzio (supervisor metodológico do Instituto Albam) Rebeca Rohlf (coordenadora geral do Instituto Albam)
3	Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Cidade de Ponta Grossa -PR – NEVICOM	Ponta Grossa	PR	Luana M. O. Billerbeck
4	Coordenação de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação-CAVVID/ Prefeitura Municipal de Vitória	Vitória	ES	Lorena Padilha Pereira
5	Programa Gênero e Cidadania	Santo André	SP	Flávio Urra
6	CRAS - Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema)	Diadema	SP	Flávio Urra
7	<i>Projeto SACA - Santo André Crianças e Adolescentes</i> vítimas de exploração e abuso sexual	Santo André	SP	Flávio Urra
8	Prefeitura de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	SP	Flávio Urra
9	Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André	Santo André	SP	Flávio Urra
10	Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD)	Brasília	DF	Maisa Campos Guimarães

Continua:

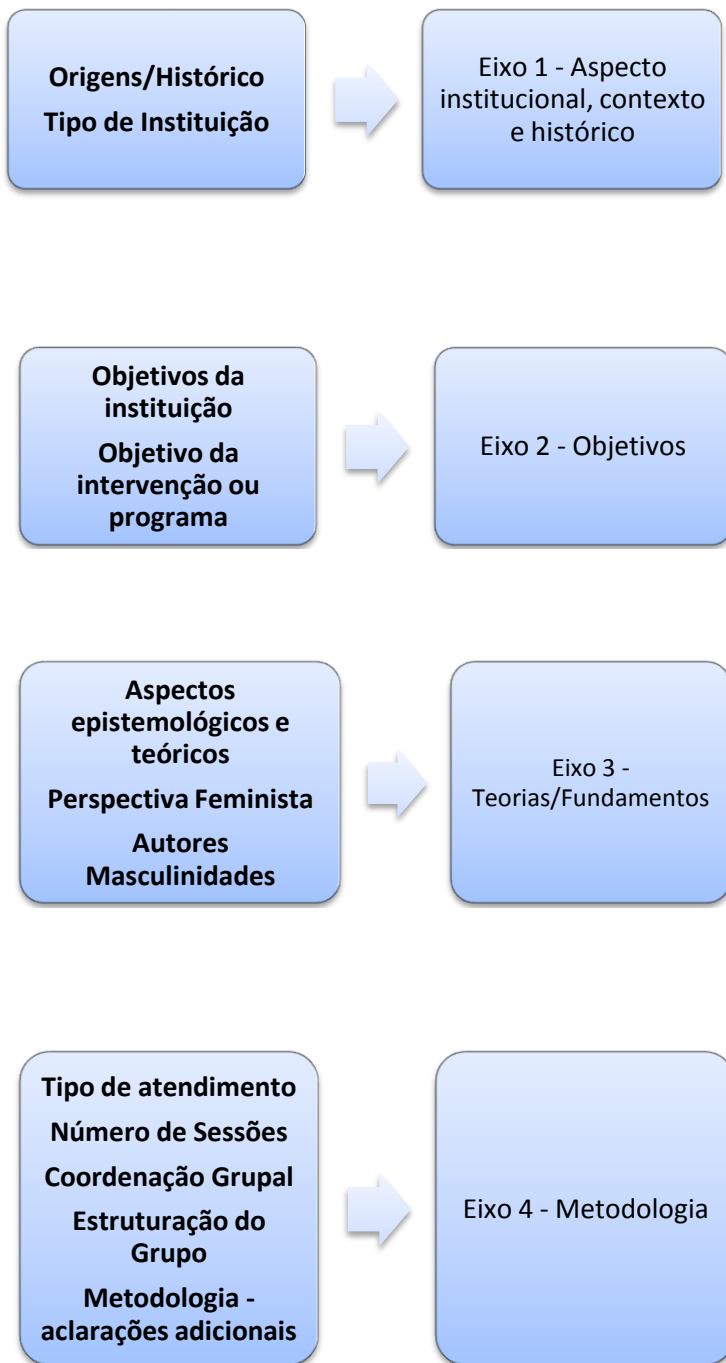


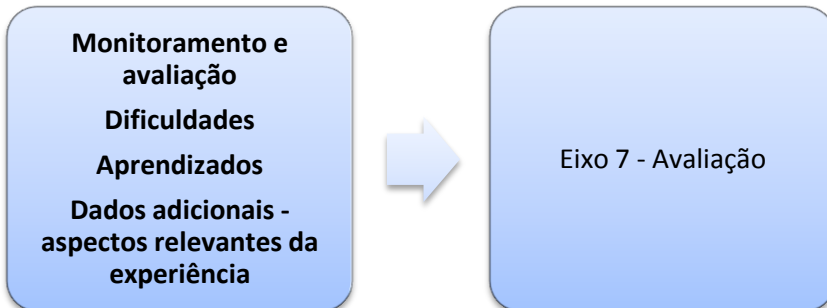
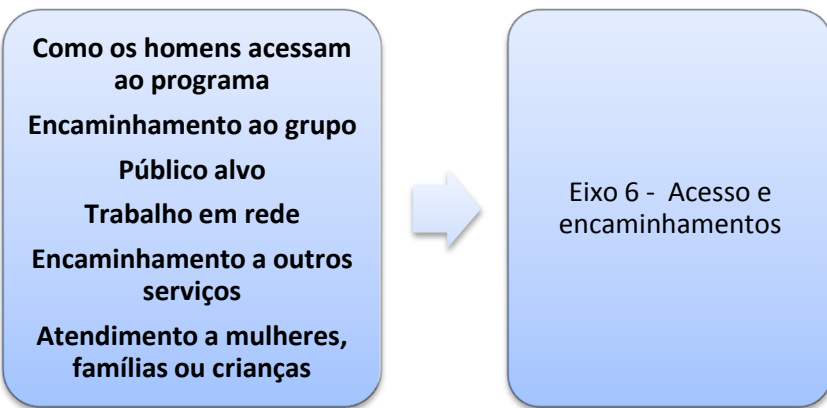
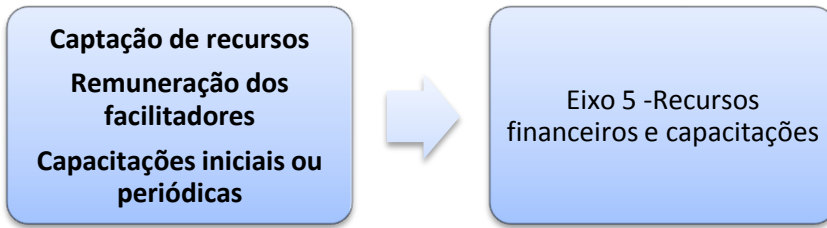
	<b>Nome da Instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>	<b>Nome(s) entrevistado/a(s)</b>
11	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Brasília	DF	Marcia Maria Borba Lins da Silva
12	III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre	Pouso Alegre	MG	Equipe GEIA
13	Instituto Noos	Rio de Janeiro	RJ	Alan Bronz
14	Governo do Estado de Mato Grosso - Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social e Ministério Público do Estado de Mato Grosso - Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá Projeto: Lá em Casa Quem Manda é o Respeito	Cuiabá	MT	Jair José Schuh
15	Instituto de Estudos da Religião – ISER	Nova Iguaçu	RJ	Roberto Marinho Amado
16	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde	São Paulo	SP	Tales Furtado Mistura
17	Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)	Londrina	PR	Adriane Ribas
18	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - JVD São Gonçalo	São Gonçalo	RJ	Anna Claudia Campos de Almeida
19	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	Rio Branco	AC	Maria Luiza Leite de Barros

Ressaltamos que, como se trata de um mapeamento de instituições, em que estas precisam ser identificadas no que se refere a seu nome, tipo, região e entrevistado/a (itens presentes no questionário), não foram seguidos critérios éticos relacionados ao anonimato. No contato com cada instituição, foi explicado como era o procedimento e os objetivos do estudo, de forma que fosse possível a recusa em participar da pesquisa. Os demais critérios éticos foram seguidos, de acordo com a legislação nacional específica sobre pesquisas com seres humanos.

## **Resultados**

Apresentamos nesta seção os resultados objetivos deste mapeamento, a partir de sete eixos temáticos. Estes eixos contemplam determinadas categorias organizadas utilizando o programa informático Atlas.ti®, a partir dos dados e perguntas presentes no questionário. Estes eixos são:





## Eixo 1 - Aspecto institucional, contexto e histórico

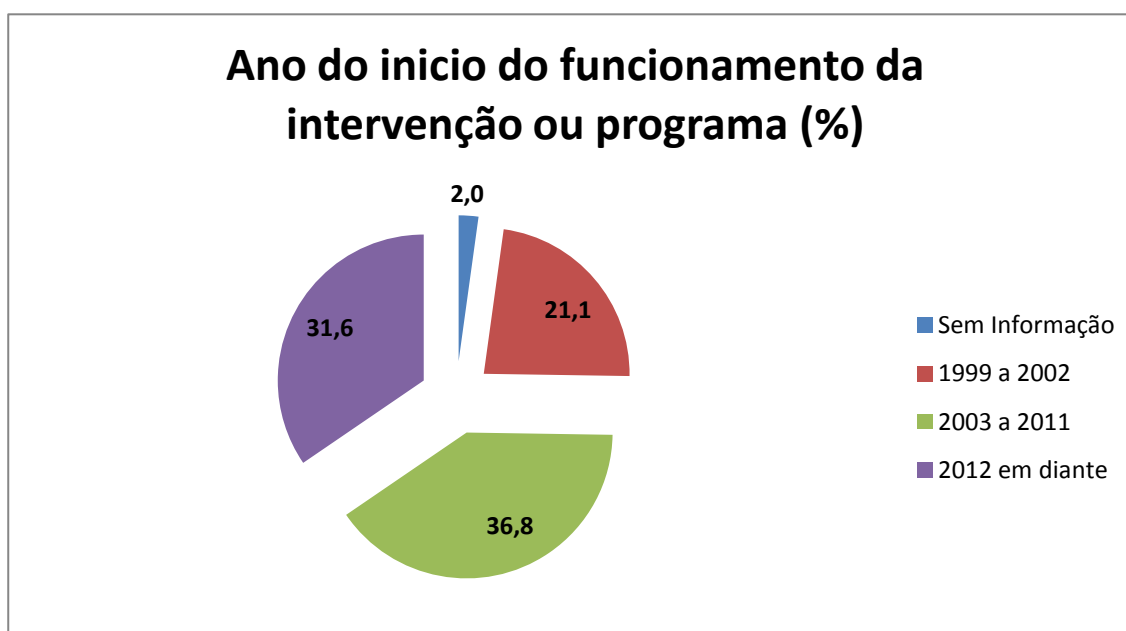
---

- **Origens/Histórico**
  - **Tipo de Instituição**
- 

O eixo temático 1 faz referência ao aspecto institucional, contexto e histórico. Está dividido nas seguintes categorias apresentadas a seguir: Origens/Histórico e Tipos de Instituição. A primeira deriva-se de uma pergunta aberta do questionário e a segunda de uma pergunta fechada.

### **Origens/Histórico**

Os programas ou experiências de intervenção pesquisados são, em sua maioria, muito recentes, alguns ainda experiências piloto em projetos temporários -- à exceção de alguns programas de instituições como: o Instituto Noos, que é pioneiro no campo, tendo iniciado suas atividades de trabalho com homens em 1999 (a partir de uma pesquisa realizada pela Fiocruz e UFRJ sobre identidade masculina); o programa municipal da Prefeitura de Blumenau, que iniciou suas atividades em 2001, tendo porém iniciado as intervenções com homens em 2004; e o Programa Albam, ONG de Belo Horizonte, que começou suas intervenções em 2005. A seguir, um gráfico que mostra o início do funcionamento dos programas pesquisados.



Como é possível perceber pelo gráfico, a maioria dos programas entrevistados teve seu início no período compreendido entre 2003 e 2011, com uma expressiva porcentagem de programas iniciados posteriormente a 2012.

Entre os programas pioneiros, o programa de Blumenau tem um aspecto especialmente importante. A partir da mobilização de parcerias entre ONGs e a secretaria municipal foi criado um Fórum em Defesa das Pessoas em Situação de Violência Doméstica. Esta mobilização desencadeou o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, Lei municipal nº 5.825/01. Ou seja, o programa está consolidado por lei municipal, o que tem garantido sua continuidade já por alguns anos. O programa é realizado pela Secretaria de Assistência Social, que o instituiu como uma política pública, financiada pelo Fundo Municipal de Assistência Social. A prática de intervenção se divide em dois eixos: a) no Campo da Proteção: com o serviço de abrigo às mulheres e seus filhos em situação de risco pessoal provocado pelo fenômeno da violência doméstica; b) no Campo da Prevenção e Promoção, com o serviço do Centro de Apoio à Família em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar - PPCVDIF.

Entre os programas pioneiros, o Albam, de Belo Horizonte, já fazia intervenções antes da Lei Maria da Penha, ainda com a lei 9099. Nessa época, definiram uma parceria com o Juizado Especial Criminal, nos casos que havia um viés de gênero. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, a parceria foi estendida e firmada a partir da nova lei.

No estado de São Paulo, o Coletivo Feminista iniciou sua experiência de intervenção em 2008, inicialmente em São Caetano do Sul. Devido a mudanças políticas, esta experiência foi interrompida. Em 2009, em São Paulo, o serviço foi reativado como um serviço de responsabilização para homens autores de violência, fundamentado nas recomendações da Lei Maria da Penha. Nesse ano, foi elaborado um projeto piloto para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo/NUDEM, para a realização dos grupos, em uma parceria entre Defensoria, ONG e novo Juizado, no Fórum da Barra Funda. O projeto teve por base as “Recomendações Gerais e Diretrizes da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores”. Criou-se um serviço de caráter obrigatório e pedagógico.

Anteriormente, no Estado de São Paulo, foram realizadas intervenções mais pontuais, como o caso do Programa de Gênero e Cidadania, de Santo André. Este programa foi resultado de uma

parceria entre a Prefeitura de Santo André e o CES - Centro de Educação para a Saúde, em 2002. Foram realizadas oficinas com a Guarda Municipal de Santo André, tomando por base a metodologia do Grupo Cantera, da Nicarágua. Nestas oficinas eram abordados temas como a formação violenta dos meninos, a discriminação, até chegar à questão da violência contra a mulher.

Também na cidade de Santo André, o CES - Centro de Educação para a Saúde, entre 2003 e 2004, realizou trabalhos com um grupo de homens autores de violência contra a mulher, ainda sob a Lei 9.099/95, anterior à Lei Maria da Penha. Posteriormente, ainda como experiência pontual e nesta mesma cidade, ocorreram grupos no Centro Social Heliodor Hesse, em 2007 e 2008, a partir de parcerias da entidade com a Prefeitura de Santo André. Esta experiência estava integrada ao Projeto de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, Projeto SACA - Santo André Crianças e Adolescentes.

Em Diadema, foram realizados grupos entre 2006 e 2008, por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher “Casa Beth Lobo”, o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Região Leste de Diadema, o Centro Cultural Francisco Solano Trindade e a Coop Mútua-Ação - Cooperativa de Trabalho na Área de Psicologia. Ainda entre as intervenções realizadas pontualmente, está a iniciativa desenvolvida na Prefeitura de São Bernardo do Campo, que ocorreu entre 2008 e 2009, na qual foram realizados grupos com homens encaminhados pelo serviço de atendimento à mulher e também oficinas preventivas.

Na sequência, destacamos as experiências ligadas diretamente a órgãos de justiça. Os grupos realizados em Tribunais de Justiça, Secretarias de Estado e Ministério Público, são em sua maioria mais recentes (alguns exemplos são: a 3ª Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre, que iniciou atuações em 2012; o grupo realizado pela Secretaria de Estado e de Direitos Humanos do Acre iniciado em 2012; e a 6ª Vara Criminal do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Londrina/PR, com o Projeto Caminhos, resultado de um convênio firmado entre a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, com grupo iniciado em 2013). As iniciativas citadas surgem a partir de serviços inicialmente direcionados às mulheres, e em alguns casos também às famílias, como por exemplo, o Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, de Brasília. Este programa conta com parcerias com o Ministério Público, sendo realizado em 10 núcleos em diferentes regiões do DF.

Entre os programas contatados nesta pesquisa, a intervenção realizada em tribunais mais antiga é a de São Gonçalo, RJ.. Iniciado a partir de um projeto piloto de grupo reflexivo de gênero para homens autores de violência doméstica em 1999, foi o projeto financiado pelo Ministério da Justiça que proporcionou ao Instituto Noos e ao CEOM - Centro Especial de Orientação à Mulher - Zuzú Angel - atenderem homens, concomitantemente. O CEOM, para a execução dos seus atendimentos, fez parceria com o I e o II Juizado Especial Criminal de São Gonçalo. Em 2002, as profissionais assistentes sociais que iniciaram o projeto passaram a compor a equipe técnica da Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas à Prisão de São Gonçalo - CPMA-SG e promoveram ali um projeto piloto. Em 2005, em parceria com a ONG Promundo, o projeto foi reformulado. A seguinte experiência mais antiga é a do Tribunal de Justiça do DF, iniciada em 2000, com um assessoramento psicossocial aos juizados especiais criminais. Em 2006, este assessoramento passou a ser realizado para as varas das mulheres. No entanto, trata-se de intervenções com grupos mistos (homens e mulheres), diferenciando-se de outras intervenções pioneiras no país.

No Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, destaca-se uma intervenção realizada dentro de um presídio, através de uma parceria entre a Secretaria do Trabalho e Assistência Social e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, através do núcleo das Promotorias de Justiça especializadas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher de Cuiabá. Chama-se projeto “Lá em casa quem manda é o respeito”, e iniciou-se em 2011, baseado nas recomendações presentes na Lei Maria da Penha. O projeto acontece no centro de ressocialização de Cuiabá, um presídio tradicional da capital, e visa ao atendimento de homens acusados ou condenados no qual exista uma vítima mulher que tem a proteção da Lei Maria da Penha.

Diferente das outras iniciativas, por ser um projeto de extensão universitário, uma experiência foi realizada em Ponta Grossa, no Paraná, pelo Departamento de Direito e de Serviço Social, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O projeto denomina-se “Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar na cidade de Ponta Grossa/PR”, tendo sido implantado em 2010, como uma proposta interdisciplinar de intervenção no âmbito da violência contra mulheres. São desenvolvidas atividades teóricas, práticas, reflexivas, de pesquisa, orientação e debate. Trata-se de uma equipe multidisciplinar envolvendo profissionais do Direito, do Serviço Social e da Psicologia. Inicialmente, o trabalho foi realizado por meio de palestras e oficinas no município (Centros de Referência de Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, escolas, universidade etc.). Em 2012, o projeto passou a realizar um serviço de Reflexão, Reeducação e

Responsabilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar, com o primeiro grupo tendo seu início no mês de Abril de 2013.

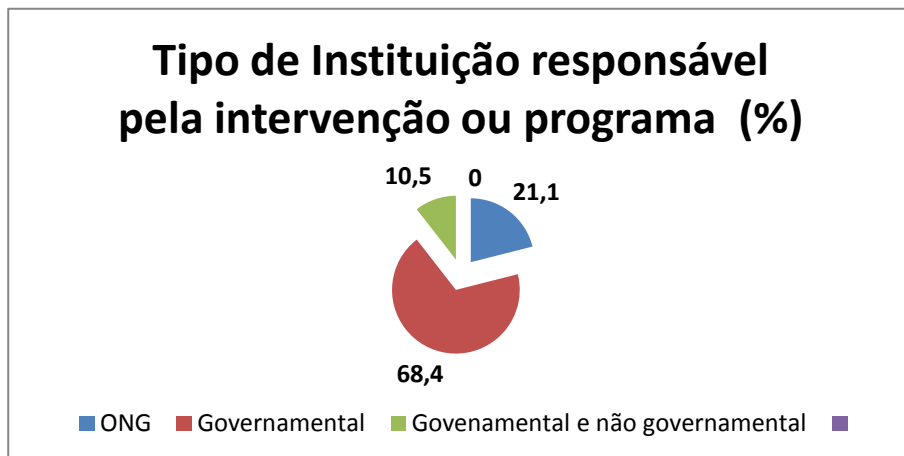
*Em resumo, podemos dizer que a Lei Maria da Penha promoveu um marco, impulsionando novos projetos de atuação com os homens autores de violência. Há intervenções pioneiras que se reestruturaram a partir da nova lei, atualizando a intervenção e adequando-a à nova legislação. Uma das intervenções mais antigas é a do Instituto Noos, de 1999, no Rio de Janeiro. Dentre as instituições jurídicas, destacam-se as atuações realizadas em tribunais, prefeituras e secretaria de direitos humanos, com convênios com o Ministério Público. Algumas intervenções começaram inicialmente com mulheres e posteriormente estenderam a atuação também para os homens. Diversas intervenções no Estado de São Paulo foram pontuais, a partir de políticas públicas municipais, deixando de existir após o fim do recurso.*



## Tipo de Instituição

No que se refere aos tipos de instituições, podemos ver no gráfico a seguir que a maioria das experiências pesquisadas é de caráter governamental. Isto pode ser relacionado ao advento da Lei Maria da Penha, que recomenda políticas públicas específicas sobre o tema da violência contra mulheres e atuações com os autores de violência. Muitas destas experiências acontecem com fundos públicos, e interligadas a aparatos da justiça ou da saúde, de onde são encaminhados os homens atendidos. Há também experiências que são realizadas em parceria entre organizações não governamentais e governamentais, a partir de convênios e financiamentos.

Vejamos no gráfico a seguir:



## Eixo 2 – Objetivos

---

- **Objetivos da instituição**
  - **Objetivo da intervenção ou programa**
- 

Este eixo se refere ao mapeamento dos objetivos da instituição e da intervenção ou programa de atuação com homens autores de violência. Estes objetivos são muito relevantes para entender o direcionamento dado à intervenção e suas relações específicas com o que a instituição busca promover. Auxilia também no momento de avaliar se o trabalho teve êxito, assim como as possibilidades de continuidade e aprimoramento. Divide-se em duas categorias: objetivos da Instituição e objetivos da intervenção ou programa.

### **Objetivos da Instituição**

As instituições pesquisadas que desenvolvem trabalhos com homens autores de violência são em sua maioria de caráter governamental (secretaria municipal, por exemplo), centradas nos direitos humanos, democracia e cidadania (P 15: Questionário 15 - ISER - RJ, P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre, P 18: Questionário 17 - SEJU DEDIHC - Londrina - PR), ou derivadas de serviços psicossociais dentro do sistema judiciário (P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Brasília - DF), como tribunais de justiça. Alguns serviços estavam alocados em organizações não governamentais (ONGs), com iniciativas financiadas por projetos do governo ou financiamentos internacionais. Vale destacar também o caso da Universidade Federal de Ponta Grossa, que apresenta um serviço de extensão universitária do Departamento de Direito Processual e do Departamento de Serviço Social, portanto mantendo os objetivos de ensino, pesquisa e extensão presentes nas universidades públicas. Vale considerar que nem todas as instituições completaram este item no questionário.

No caso do serviço de atenção aos homens da Prefeitura de Blumenau, os objetivos da instituição são relatados da seguinte forma:

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semudes) integra programas, projetos, serviços e subsídios voltados à proteção e defesa dos cidadãos, garantindo a proteção social em seus diferentes níveis e complexidades, incluindo ainda interesses habitacionais e de

regularização fundiária no município. (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal - Blumenau - SC)

Já a organização não governamental Albam, de Belo Horizonte, apresenta-se como tendo a missão de:

Temos por missão atuar na promoção da saúde mental e social com diversos programas com enfoque em gênero. Para tanto, desenvolvemos trabalhos prioritariamente na área de violência intrafamiliar e de gênero, tendo também ações nas áreas de saúde sexual e reprodutiva. Fazemos parte da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Estado de Minas Gerais, do Fórum da Juventude, da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos e somos membro consultivo do Conselho Municipal da Mulher compondo, assim, articulações estratégicas na sociedade. O Instituto Albam conta, além dos associados, com a participação de profissionais de diversas áreas buscando um diálogo transdisciplinar e mantém parcerias de intercâmbio com organismos nacionais e internacionais. (P 2: Questionário 2 - Albam - Belo Horizonte - MG)

O Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), em Brasília, enfoca sua missão na defesa dos direitos da mulher e na formulação, implementação e integração de políticas públicas, buscando promover transformação social.

Em algumas instituições, o trabalho é mais amplo (como é o caso do ISER, Rio de Janeiro) e, em outras, mais especializado e centrado na violência contra mulheres, como é o caso do CAVVID de Vitória, cujos objetivos institucionais se entrelaçam com os objetivos do serviço específico de atenção grupal aos homens autores de violência. Algumas destas instituições partem diretamente de diretrizes fundamentadas na Lei Maria da Penha e na necessidade de promover políticas públicas que combatam a violência doméstica contra a mulher. Este aspecto das diretrizes é enfatizado pela 3ª Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre, MG, como exposto a seguir:

Cumprir com as diretrizes: 1) do pacto de “enfrentamento” adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que implementa políticas amplas e articuladas no sentido de propor reflexões e ações para desconstruir desigualdades, combater discriminações de gênero e violência contra as mulheres (SPM, 2011, p.25); 2) da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006; 3) da Resolução nº 673/2011 que criou a Coordenadoria da Mulher em situação de violência Doméstica e Familiar, da Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; 4) da Portaria nº 2693/2012, que designou integrantes da Coordenadoria da Mulher em situação de violência doméstica para a 3ª Vara Criminal da

No caso do Coletivo Feminista de São Paulo, o objetivo central da instituição se concentra na saúde sexual e reprodutiva da mulher, de forma a romper com uma relação hierarquizada, biologicista e individualista. Portanto, suas intervenções se centram em políticas públicas de saúde, direitos reprodutivos e sexuais da mulher. Nos últimos anos, o Coletivo tem se dedicado principalmente ao tema da violência, coordenando a casa abrigo para mulheres e o serviço de responsabilização pra homens autores de violência.

Já o Instituto Noos apresenta objetivos institucionais mais ampliados, direcionados à promoção da saúde das relações familiares e comunitárias da população brasileira. Produz atuações em ensino, pesquisa e atendimentos especializados, entre os quais está o tema da violência doméstica contra mulher, com atuações relacionadas a grupos reflexivos de gênero com homens e mulheres, sendo pioneiro no Brasil nestes tipos de intervenções.

*Em resumo, as instituições pesquisadas são em sua maioria governamentais, ligadas a: justiça, segurança pública ou políticas públicas municipais / estaduais. Algumas apresentam objetivos mais amplos, atuando em diferentes temas, outras estão centradas no tema da mulher, de sua saúde e principalmente da violência. Buscam fundamentar-se em diretrizes específicas sobre o tema da violência contra a mulher, principalmente relacionadas à Lei Maria da Penha ou diretrizes federais ligadas a esta lei e atuações específicas contra a violência. Os direitos humanos, cidadania e democracia são os temas principais relatados por estas instituições como centrais em sua atuação.*

## **Objetivos da Intervenção ou Programa**

Uma das perguntas estudadas fazia referência aos objetivos da intervenção ou programa. Esta questão é importante, pois diz sobre o direcionamento dado à intervenção. Varia de acordo com a instituição, tipo de trabalho e metodologia, visibilizando as pretensões, os limites e as possibilidades.

Entre os principais objetivos expostos está a responsabilização do autor de violência e interrupção ou fim dos atos de violência (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal -Blumenau - SC, P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES, P 15: Questionário 15 - ISER - RJ; P 18: Questionário 17 - SEJU DEDIHC - Londrina - PR, P 19: Questionário 18 - TJ - São Gonçalo – RJ). Também surgiram respostas que apontam objetivos de prevenção (P 15: Questionário 15 – ISER - RJ) e conscientização, assim como formação e treinamento (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC). No caso do SEJU DEDIHC de Londrina, Paraná, o objetivo de realizar grupo reflexivo e responsabilizante está ligado ao cumprimento de medida protetiva ou pena alternativa, considerando que os homens são encaminhados pela 6ª Vara Criminal de Londrina.

No caso do Instituto Albam, de Belo Horizonte, o objetivo do programa é exposto da seguinte forma: “A intervenção, tendo o formato de grupo reflexivo e o caráter psicoeducativo, tem por objetivo a responsabilização dos homens autores de violência, a partir da revisão dos pressupostos de exercício da masculinidade opressiva e não igualitária e da desconstrução das crenças sexistas e dos estereótipos de gênero” (P 2: Questionário 2 - Albam - Belo Horizonte - MG).

A questão da desconstrução de gênero e masculinidades também é descrita como objetivo pelo NEVICOM UEPG de Ponta Grossa, no Paraná: “Contribuir para a desconstrução do estereótipo de gênero e a construção de uma nova masculinidade, refletindo com os autores de violência doméstica e familiar, que o comportamento transgressor se constitui numa violação de direitos humanos” (P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG - Ponta Grossa), e pelo CAVVID de Vitória - ES: “O objetivo aqui não é minimizar a responsabilidade do agressor, mas sim, trabalhar esta questão sócio- histórica da diferença de gênero. Para isso, procura-se romper com esta identidade hegemônica do masculino, trabalhar a noção de “machismo” naturalizado na sociedade (P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES).

Esta mesma linha segue o Coletivo Feminista de São Paulo, quando afirma que o objetivo está em “*Provocar mudanças de concepção para a desconstrução de estereótipos de gênero, a*

transformação da visão de uma concepção hegemônica de masculinidade, o reconhecimento de novas masculinidades e propõe a aquisição de formas não violentas de resolução de conflitos” (P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP).

A intervenção grupal é vista como um espaço de reflexão, espaço de escuta e sensibilização. Mas, no caso do trabalho em tribunais, também é um espaço de avaliação (P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Brasília - DF) e acompanhamento psicossocial (P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília). Também é considerado um espaço educacional e preventivo, no que se refere às reincidências, como é o caso da 3ª Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre: “O PP teve por objetivo implementar um programa educacional que colabore efetivamente na prevenção de reincidências de autores de crime de violência doméstica, na responsabilização e na educação quanto à igualdade, justiça e respeito à diversidade de gênero” (P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG); e da intervenção realizada pelo Governo do Mato Grosso e MP de Cuiabá: “o projeto 'lá em casa quem manda é o respeito' tem por objetivo informar, ouvir e trabalhar para evitar a reincidência do agressor de violência doméstica e familiar”.

O Instituto Noos relata que o objetivo da intervenção está em promover e também oferecer métodos pacíficos de resolução de conflitos, assim como promover relações equitativas de gênero (P 17: Questionário 13 – Noos - RJ). “Romper o ciclo de violência” e novos episódios de violência é um dos pontos centrais enfatizados nos grupos realizados em São Gonçalo (Rio de Janeiro) e em Rio Branco (Acre).

*Em resumo, os objetivos da intervenção dos programas pesquisados, em sua maioria, centram-se em grupos reflexivos, que buscam cessar a violência, produzir formas pacíficas de resolução de conflitos e, principalmente, promover a responsabilização dos atos violentos e reflexões relacionadas à identidade masculina e à construção de masculinidades. Buscam promover a desconstrução de um estereótipo masculino ou de uma masculinidade tradicional e hegemônica, em que a violência é legitimada e parte constituinte do ser homem.*

### Eixo 3 – Teorias/ Fundamentos

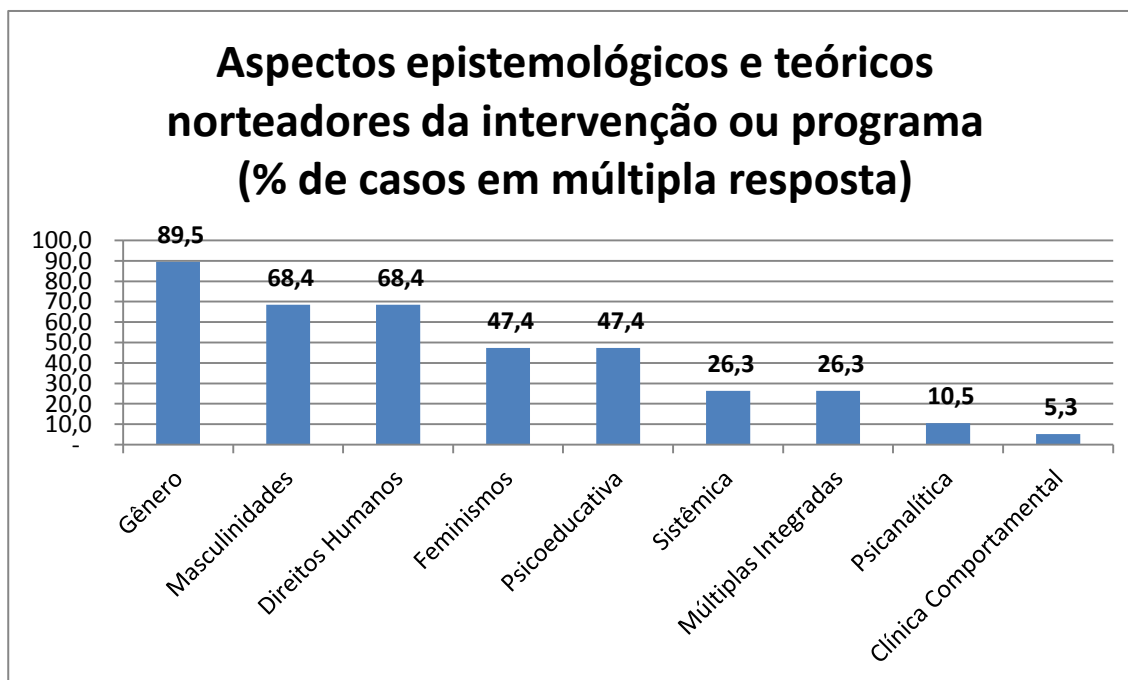
---

- **Aspectos epistemológicos e teóricos**
  - **Perspectiva Feminista**
  - **Autores Masculinidades**
- 

Este eixo contempla as questões propostas sobre os teorias e fundamentos usados nos programas ou intervenções. Está dividido em três categorias: aspectos epistemológicos e teóricos, perspectiva feminista e autores de masculinidades.

#### **Aspectos epistemológicos e teóricos**

As opções teórico-epistemológicas contempladas no questionário eram: estudos de gênero, feminismos, estudos de masculinidades, direitos humanos, perspectiva psicoeducativa, perspectiva clínica comportamental, perspectiva sistêmica, perspectiva psicanalítica, perspectivas múltiplas integradas ou outras perspectivas. O gráfico a seguir mostra as porcentagens mais significativas de respostas:



Como demonstrado no gráfico, 89,5% das intervenções ou programas contatados afirmam usar a perspectiva de gênero, 68,4% os estudos de masculinidades e também 68,4% os direitos humanos. Na sequência, vêm o feminismo e a perspectiva psicoeducativa com 47,4%, Sistêmica e perspectivas múltiplas com 26,3%, psicanalítica com 10,5% e, por fim, clínica comportamental com 5,3%. Vale considerar que as alternativas podiam ser dadas em respostas múltiplas e não

excludentes, portanto havia um cruzamento entre estas perspectivas. Quanto à opção “outras” perspectivas, apenas duas instituições marcaram esta resposta. O CAVVID de Vitória, Espírito Santo responde nesta opção a alternativa “Grupo Reflexivo de Gênero”; e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Brasília, responde nesta alternativa que os profissionais possuem várias formações, avaliando a situação, portanto, de acordo com seu referencial. No entanto, as questões de gênero são colocadas como principais referenciais para a avaliação.

## Perspectiva Feminista

Quanto à perspectiva feminista, havia uma pergunta aberta para que se especificasse qual perspectiva era usada e outra sobre autores dos estudos de masculinidades. A seguir, será apresentada uma tabela com as respostas qualitativas dadas à primeira pergunta:

<b>Instituição</b>	<b>Perspectiva Feminista</b>
P 1: Questionário 1- Prefeitura Municipal -Blumenau SC	Os Estudos feministas são complexos e diversos. No que se refere à intervenção no programa buscamos a “abordagem na perspectiva relacional”, considerando autoras como Scott, Butler, entre outras.
P 2: Questionário 2 - Albam - Belo Horizonte MG.	Contribuições do Feminismo Anglo-Saxão, Feminismo Francês, Feminismo Radical, Feminismo Socialista, Feminismo Interseccional (classe, etnia, raça), Feminismo Pós-Estruturalista.
P 6: Questionário 6 - CRAS - Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema)	Artigo seminal - <i>Gênero: uma categoria útil para análise histórica</i> - Scott (1995); Blay (1976, 1988, 1997, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2008), Grossi (1994), Saffioti (1997; 2004), Chauí (1985), Ravazzola (2003), Santos & Izumino (2005).
P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP	Artigo seminal - <i>Gênero: uma categoria útil para análise histórica</i> - Scott (1995); Blay (1976, 1988, 1997, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2008), Grossi (1994), Saffioti (1997; 2004), Chauí (1985), Ravazzola (2003), Santos & Izumino (2005).
P 8: Questionário 8 - Prefeitura de São Bernardo do Campo – S. Bernardo do Campo - SP	Artigo seminal - <i>Gênero: uma categoria útil para análise histórica</i> - Scott (1995); Blay (1976, 1988, 1997, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2008), Grossi (1994), Saffioti (1997; 2004), Chauí (1985), Ravazzola (2003), Santos & Izumino (2005).
P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP	Artigo seminal - <i>Gênero: uma categoria útil para análise histórica</i> - Scott (1995); Blay (1976, 1988, 1997, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2008), Grossi (1994), Saffioti (1997; 2004), Chauí (1985), Ravazzola (2003), Santos & Izumino (2005).
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	A equipe procura estudar e discutir diferentes teorias feministas como: Joan Scott, Heleith Saffioti, Lourdes Bandeira, Tania Mara Campos, Gláucia Diniz.
P 15: Questionário 15 - ISER - RJ	Importância da perspectiva de gênero na reflexão sobre as causas da violência
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH – Acre	Construção histórica, social e cultural



Nota-se no quadro uma variedade de autoras e autores utilizados, em diferentes ondas feministas. Há uma preferência pela autora Joan Scott, cujo conceito de gênero é muito usado na academia, onde o gênero é entendido como histórico e relacional. Não foram todas as instituições que responderam a esta pergunta. O feminismo pós-estruturalista, mais contemporâneo, está presente em algumas instituições, como é o caso do Instituto Albam, mas não se configura como predominante nos programas e intervenções pesquisados.

## **Autores de Masculinidades**

Na sequência, será apresentada a tabela referente à questão sobre autores dos estudos de masculinidades:

<b>Instituição</b>	<b>Autores Masculinidades</b>
P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal –Blumenau - SC	Socrates Nolasco, TOLSON, Andrew, MEDRADO, Benedito, GROSSI, M. P, CONNELL, Robert W, BOURDIEU, Pierre.
P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG	Raewyn Connell, Michael Kimmel, Luis Bonino Mendez, Daniel Welzer-Lang, Pierre Bordieu, Roberto Garda, Benedito Medrado, Carlos Zuma, Márcia Arán, Monique Schneider.
P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG Ponta Grossa - PR	MUSZKAT, S. Violência e Masculinidade. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. BOURDIEU, P. A dominação masculina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP	A metodologia utilizada foi de uma cartilha elaborada pelo Grupo Cantera, da Nicarágua.
P 6: Questionário 6 - CRAS - Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema) - Diadema - SP	Raewyn Connell (1995), Acosta (2003), Arilha, Ridenti e Medrado (2010), Nascimento (2001), Segundo, Nascimento e Ricardo (2010).
P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP	Raewyn Connell (1995), Acosta (2003), Arilha, Ridenti e Medrado (2010), Nascimento (2001), Segundo, Nascimento e Ricardo (2010).
P 8: Questionário 8 - Prefeitura de São Bernardo do Campo – S. Bernardo do Campo - SP	Raewyn Connell (1995), Acosta (2003), Arilha, Ridenti e Medrado (2010), Nascimento (2001), Segundo, Nascimento e Ricardo (2010).
P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP	Raewyn Connell (1995), Acosta (2003), Arilha, Ridenti e Medrado (2010), Nascimento (2001), Segundo, Nascimento e Ricardo (2010).
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	Fernando Acosta, Benedito Medrado, Luiz Henrique Aguiar.
P 15: Questionário 15 – ISER - RJ	Michael Kimmel, Raewyn Connel, Daniel Welzer-Lang.
P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP	Raewyn Connell, Miguel Vale de Almeida, Sócrates Nolasco, Michael Kaufman.
P 17: Questionário 13 - Noos - RJ	Michael Kaufman, Michael Kimmel, Gary Barker, Margareth Arilha, Benedito Medrado etc.
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre	Clara Charf, Angela. Loyola, Paulo Roberto.

Nota-se a presença de autores e autoras referências nacionais e internacionais do campo de estudos de masculinidades. Destaca-se uma predominância da autora australiana Raewyn Connell, principal referente nos estudos de masculinidades e autora do conceito de masculinidade hegemônica. Algumas instituições não responderam a esta questão e/ou não indicaram usar os estudos de masculinidades em seus programas ou intervenções com homens autores de violência contra mulheres.

## Eixo 4 - Metodologia

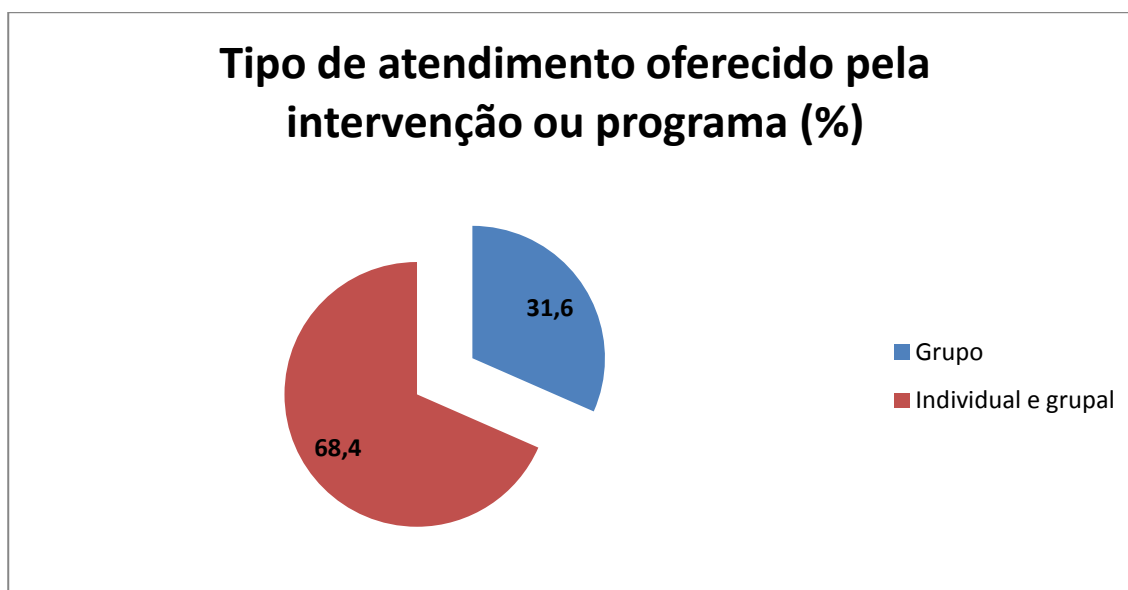
---

- **Tipo de atendimento**
  - **Número de Sessões**
  - **Coordenação Grupal**
  - **Estruturação do Grupo**
  - **Metodologia - esclarecimentos adicionais**
- 

Este eixo explora as metodologias utilizadas nos programas ou intervenções pesquisados. Divide-se nas categorias: tipo de atendimento, número de sessões, coordenação grupal, estruturação do grupo e metodologia-aclarações adicionais. As quatro primeiras foram pesquisadas a partir de perguntas fechadas e serão apresentadas em formato de gráficos, a seguir. A última (metodologia-aclarações adicionais) era uma pergunta aberta e será apresentada de forma descritiva.

### **Tipo de atendimento**

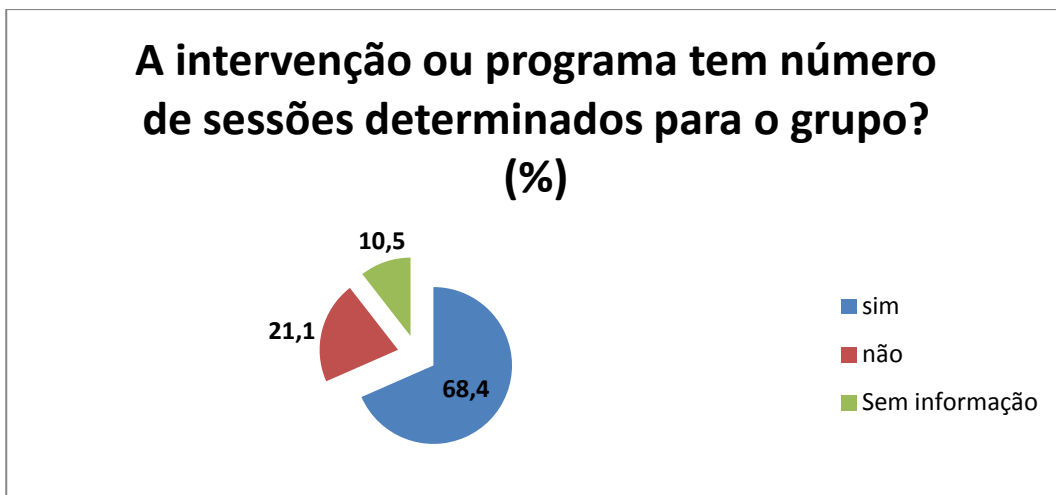
A pergunta do questionário referia-se ao atendimento individual e grupal, apenas grupal ou apenas individual. Vale aclarar que, na busca por intervenções e programas, foram priorizadas as intervenções grupais ou que contemplavam as duas opções, excluindo possíveis programas que realizassem intervenções apenas individuais. Na sequência, o gráfico referente aos tipos de atendimentos oferecidos:



O gráfico mostra que 68,4% dos programas ou intervenções pesquisados contemplam atendimentos individuais e grupais. Realizam atendimento somente grupal apenas 31,6% das instituições estudadas.

### **Número de sessões**

Os grupos podem ser realizados de forma continuada ou com um número pré-determinado de sessões. Principalmente no caso de grupos de demanda obrigatória, ou seja, determinada pelo juiz como pena, as sessões muitas vezes são em um número determinado. A seguir o gráfico relacionado a esta questão:



É possível observar que 68,4% dos programas ou intervenções entrevistados têm um número determinado de sessões. Em compensação, 21,1% não, ou seja, realizam o programa de forma contínua ou com diferentes números de sessões em cada edição.

Na sequência, será apresentada a tabela com as respostas dadas pelos programas ou intervenções sobre o número de sessões individuais e grupais:

<b>Instituição</b>	<b>Número de sessões grupais</b>	<b>Número de sessões individuais</b>
P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC	Não há numero determinado para as atividades em grupo. As pessoas possuem necessidades e subjetividades distintas, esse é um dos motivos que faz compreender que as atividades de grupo devem atender a necessidade de cada um.	Não há numero determinado para os atendimentos individuais, depende da complexidade de cada situação.
P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG	16	Nos casos em que há necessidade e demanda; máximo de 08.
P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG - Ponta Grossa - PR	16	Não especificado
P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES	8	Não especificado
P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP	8	Não especificado
P 6: Questionário 6 - CRAS - Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema) - Diadema - SP	Variável	Não especificado
P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP	Variável	Não especificado
P 8: Questionário 8 - Prefeitura de São Bernardo do Campo – S. Bernardo do Campo - SP	Variável	1
P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP	Grupo aberto com encontros semanais.	1
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	12	05

Continua:

Continuação:

<b>Instituição</b>	<b>Número de sessões grupais</b>	<b>Número de sessões individuais</b>
P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Brasília - DF	Possuem grupos de avaliação de medida protetiva - 1 encontro e grupos de avaliação da dinâmica conjugal - de 3 a 5 encontros	Geralmente de 1 a 2 atendimentos.
P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG	16	Se necessário.
P 13: Questionário 14 - Gov. Mato Grosso e MP - Cuiabá.	Indeterminadas, o homem participa enquanto está preso no centro de ressocialização de Cuiabá.	Indeterminadas, todos os reeducandos passam por uma entrevista de acolhida, a participação é voluntária, dependendo da situação, passam por novos atendimentos.
P 15: Questionário 15 - ISER - RJ	20	03
P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP	16	Não especificado
P 17: Questionário 13 – Instituto Noos - RJ	12	Não especificado
P 18: Questionário 17 - SEJU DEDIHC - Londrina - PR	12	Não especificado
P 19: Questionário 18 - TJ São Gonçalo - RJ	8 a 10	2
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre	05	Conforme a necessidade.

Nota-se que não há um padrão específico quanto ao número de sessões, sendo bastante variado, de acordo com as possibilidades e necessidades de cada instituição, objetivos e formato metodológico.

### **Coordenação Grupal**

A seguir, o gráfico relacionado ao sexo do facilitador, na coordenação grupal. As opções de resposta eram: somente homens, somente mulheres, homens e mulheres ou outra, especificando qual.

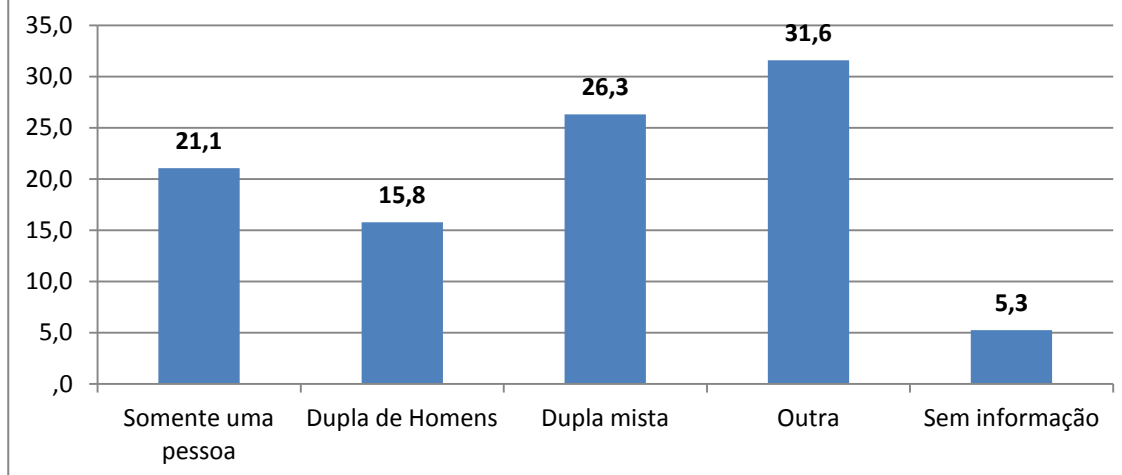
## Sexo das pessoas que coordenam os grupos (%)



Nota-se que 57,9% dos programas ou intervenções são coordenados por homens e mulheres. A coordenação feita exclusivamente por homens é de 36,8% e por mulheres apenas é de 5,3%.

A segunda pergunta feita sobre a coordenação grupal referia-se à estrutura, ou seja, se era realizada somente por uma pessoa, dupla de homens, dupla de mulheres, dupla mista ou outra, especificando qual. A seguir, o gráfico das porcentagens referente a esta questão.

## Estrutura da coordenação dos grupos (%)



Nota-se que em 21,1% dos programas ou intervenções a facilitação grupal é realizada somente por uma pessoa, 15,8% contam com duplas de homens e 36,3% são realizadas por duplas mistas (homens e mulheres). O índice mais alto refere-se à resposta “outra” estrutura de coordenação com 31,6% e 5,3% dos programas não especificam (sem informação).

Na questão sobre a estrutura da coordenação grupal, as respostas dadas para a opção “outra” foram variadas e significativas. Por isso, mostra-se a seguir uma tabela com as respostas dadas por cada instituição que escolheu esta opção:

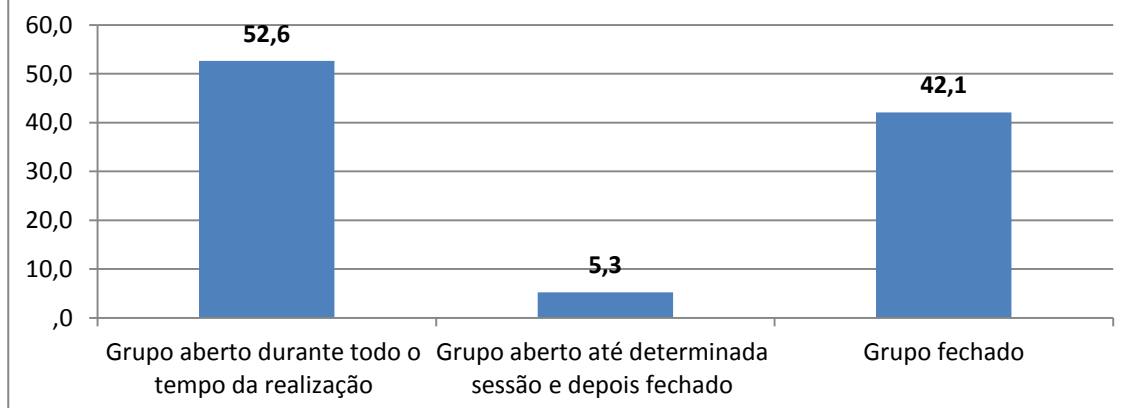
<b>Instituição</b>	<b>Resposta dada na opção “Outra” para o item estrutura da Coordenação Grupal</b>
P4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES	Não há rigidez quanto à determinação. Já realizamos grupo com dupla mista, dupla de mulheres, dupla de homens.
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	Em dupla, independente do sexo.
P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Brasília - DF	Dupla. Pode ser mista ou de um sexo.
P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG	Mista com 3 facilitadores.
P 13: Questionário 14 - Gov. Mato Grosso e MP - Cuiabá	Todas as configurações acima.
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre	Três mulheres.

## **Estruturação do Grupo**

Sobre a estrutura do grupo, foi perguntado se o programa ou intervenção era realizado em formato aberto durante todo o tempo de realização ou até determinada sessão e depois fechado, ou se era grupo fechado. Na sequência, o gráfico com as porcentagens de resposta quanto a esta questão.



### Forma de estruturação dos grupos nas intervenções ou programas (%)



É possível perceber que 52,6% dos programas ou intervenções pesquisados realizam grupos abertos durante todo o tempo de realização, apenas 5,3% relatam realizar grupo aberto até determinada sessão e depois fechado. Os grupos fechados são realizados por 42,1% das instituições entrevistadas.

A seguinte questão relacionada à estrutura do grupo dizia respeito à forma de realização, ou seja, se era feito de forma contínua, periódica ou outra forma. A seguir, o gráfico com as porcentagens referentes a esta questão.

### Forma de realização dos grupos nas intervenções ou programas (%)



Dos programas ou intervenções pesquisados, há um empate entre os grupos realizados de forma contínua e periódica em uma porcentagem de 47,4%. Alguns programas relatam outras formas de realização, fechando uma porcentagem de 5,3%. O programa feito pelo ISER, no Rio de

Janeiro, encaixa-se neste caso. A instituição informou que os grupos são de frequência semanal, de duas horas e meia, e após 20 encontros são feitos grupos de “follow up” periódicos.

### **Metodologia - esclarecimentos adicionais**

Entre as perguntas fechadas relacionadas à metodologia, estava uma questão aberta em que se solicitava que fossem descritos aspectos considerados relevantes, como duração, tipo de intervenção, dinâmicas, uso de materiais nacionais ou internacionais, pausas na realização. Na sequência, serão descritas as respostas dadas a esta questão.

Foi possível perceber uma variação significativa nos estilos de metodologia descritos, porém com algumas semelhanças importantes. Em geral, os grupos são realizados com frequência semanal ou quinzenal, em sua maioria com duas horas de duração. Os temas trabalhados são diversos e escolhidos pela equipe de profissionais ou, em alguns casos, escolhidos pelos próprios participantes de acordo com suas necessidades e demandas. Nas descrições apresentadas, nenhuma equipe relatou a utilização ou adaptação de metodologias internacionais pioneiras neste campo.

A seguir, a descrição do relato de algumas das instituições. A equipe da Prefeitura de Blumenau explica que a metodologia adota como eixos norteadores: o grupo familiar, a inclusão, a proteção, a prevenção, a autonomia, a mediação dos conflitos e o acompanhamento sistemático. A metodologia busca respeitar as construções de identidade de gênero e percepção coletiva. Entende como grande desafio consolidar a participação e a formação de uma identidade de grupo. Por isso, considera de grande importância o processo de mobilização para a participação do grupo. Os homens são convidados por meio de visitas domiciliares, de forma que o participante estabeleça um vínculo de confiança com os profissionais. Quanto aos formatos e temas trabalhados relatam:

As ações sócio-educativas acontecem de forma semi-dirigida, utilizando-se de dinâmicas, vivências e atividades de expressão corporal que permitam a compreensão do fenômeno da violência e suas consequências, a fim de fortalecer as famílias para romperem com o ciclo de violência que vivenciam. (...) Os conteúdos abordados no grupo são decorrentes dos anseios expressados pelos participantes, dentre eles destacamos: saúde, capacitação profissional, direitos da criança e do adolescente, direitos humanos, relações familiares e de gênero, violência doméstica e Intrafamiliar, políticas públicas e outros. O planejamento e as técnicas a serem utilizadas são apenas recursos auxiliares. Com criatividade, novas propostas de trabalho vão surgindo em cada grupo; muitas vezes o próprio grupo cria os recursos através de suas escolhas nos temas. Cada encontro é sempre um momento rico de troca, de reflexão e de conhecimento de si mesmo. É um momento de construção de vínculos e de afetividade, possui uma identidade e é um referencial aos participantes. (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC)

Os encontros são realizados com um lanche, de forma a se confraternizar no momento, promovendo um espaço descontraído e prazeroso. Acreditam que, desta forma garante-se uma identidade grupal, que torna o grupo mais efetivo e continuado, a partir deste sentimento de pertencimento. Os grupos são realizados quinzenalmente, durante duas horas e meia, no período da noite. Trata-se de uma equipe heterogênea e interdisciplinar, com dois profissionais do sexo masculino e dois do sexo feminino. O trabalho está pautado e norteado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em Minas Gerais, o Instituto Albam descreve sua metodologia da seguinte forma:

Utilizamos o 1) mapeamento de ideias / crenças sexistas e a confrontação destas; 2) a provisão de informações relacionadas à natureza da violência contra a mulher, visualizando a violência como uma opção em um universo sócio-cultural de desigualdades entre homens e mulheres; 3) grupo como um espaço seguro de expressão de sentimentos e da escuta e cuidado dos homens; 4) componente intersubjetivo, no qual se trabalha para que os homens consigam efetuar o movimento transitivo de se colocar no lugar do(a) outro(a); 5) exploração das dimensões afetiva e corporal; 6) grupo como espaço para que o autor da violência desenvolva estratégias negociais para resolução pacífica de conflitos, baseadas na perspectiva de ganho mútuo; 7) trabalho com paternidade, violência e outros temas importantes para a desconstrução da identidade estereotípica masculina, buscando abrir brechas para que identidades mais permeáveis e flexíveis possam surgir. Quanto à prática, partimos prioritariamente das falas e histórias dos participantes, funcionando *strictu senso* como grupo reflexivo a partir do diálogo, sempre problematizado pela coordenação. Não há um roteiro. Esporadicamente, utilizamos vídeos, músicas, palestras interativas e atividades diversas em dinâmica de grupo, de acordo com a necessidade de cada grupo. (P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG)

De forma quinzenal, a equipe realiza encontros chamados “intervisões”, que objetivam a troca de informações sobre o trabalho de cada grupo, avaliações e encaminhamentos, estudos teórico-metodológicos. Esta instituição realiza também grupo com mulheres vítimas de violência.

No Paraná, o grupo realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo NEVICOM, realiza 16 encontros, a cada sábado, de duas horas. Descrevem sua metodologia da seguinte forma:

Metodologia reflexiva através de exposição oral, escuta, projeção, análise e discussão de filmes reflexão de conceitos e atitudes, relatos dos casos de cada um, dinâmicas de grupo, resolução de conflitos, acompanhamento de frequência, gravação das falas do grupo, sistematização de todo o trabalho. (P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG - Ponta Grossa - PR)

Em Vitória, os encontros também são semanais, realizados com recursos audiovisuais e dinâmicas que buscam promover a discussão grupal. O grupo é fechado e os encontros são temáticos versando sobre: o contexto histórico de criação da Lei Maria da Penha, a comunicação não

violenta, gênero, relação amorosa, entre outros. Dessa forma, a equipe oferece um espaço de reflexão e pensamento para esses homens, objetivando a produção de novos conceitos e ferramentas para o cotidiano (P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES). Toda a metodologia foi elaborada pela equipe da CAVVID e da 11ª Vara Especializada em Violência Doméstica. Os encontros inicialmente eram quinzenais, alternados com reuniões da equipe para o planejamento da seguinte sessão. Posteriormente, passaram a ser semanais, com uma hora e meia de duração. A equipe descreve uma proposta futura de atividade:

A partir do próximo ano planejamos realizar, a cada dois grupos finalizados, um encontro com todos os participantes, no intuito de conversar sobre os ecos do grupo, assim como, apresentar a tais homens palestras que vão ao encontro da sua demanda específica, com especialistas na área da saúde, representantes do Fórum Capixaba de Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher, entre outros (P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES)

O Coletivo Feminista, em São Paulo, realiza 16 encontros semanais, de duas horas de duração, coordenados por dois facilitadores. Utilizam vídeos, notícias de jornal, entre outros materiais que gerem discussão no grupo. Os temas trabalhados no grupo são abordados de forma aberta e livre. Descrevem os seguintes temas: Lei Maria da Penha; violência de gênero; direitos humanos; masculinidades e socialização masculina; paternidade; sexualidade; DST/Aids; trabalho; família; relações interpessoais; temas pertinentes que surgirem espontaneamente nos grupos.

Ainda no Estado de São Paulo, foram pesquisadas diversas outras iniciativas que foram realizadas pontualmente, algumas destas já desativadas por motivo de finalização do projeto ou/e falta de novos financiamentos. Em Diadema, o grupo realizado passou por alguns locais de equipamentos públicos e finalmente acabou por se estabelecer à UBS - Unidade Básica de Saúde da Região Central, como local onde, além de homens agressores, vários técnicos que atuavam na unidade participaram das reuniões, segundo indica o entrevistado.

O Programa de Gênero e Cidadania realizado em Santo André acontecia com encontros de quatro horas, e um intervalo após duas horas de realização. Segundo descrito pelo entrevistado, era realizado da seguinte forma:

No primeiro encontro aplicamos um questionário diagnóstico, com questões sobre educação, geração de renda, cultura, esporte, lazer, saúde, cidadania, urbanização, defesa de direitos, com algumas explicações dos programas municipais. No segundo momento, após o intervalo os presentes confeccionaram crachás e se apresentaram contando a história de seus nomes. No segundo encontro foi trabalhado o significado de ser homem, com uma discussão sobre características biológicas e aprendidas. Os trabalhos foram realizados em grupo e apresentado pelos participantes, seguido por um debate. Após o intervalo o tema de trabalho foi a divisão de tarefas entre homens e mulheres. No encontro seguinte foi discutido como nos tornamos homens e, após o intervalo, os efeitos do nosso modo de ser homem. No 4º encontro o tema era a violência nos jogos infantis masculinos e após o intervalo uma reflexão sobre a luta pela vida. No 5º encontro o tema era a possibilidade de uma vida

menos violenta e após o intervalo, foram construídas propostas concretas para a redução da violência. No 6º encontro o tema foi a discriminação exercida pelos homens e após o intervalo, a discriminação sofrida pelos homens. O tema do 7º encontro foi um exercício para refletir sobre as imagens que temos construído durante nossa vida e como essas imagens tem influenciado nossa identidade masculina. Após o intervalo foi realizada uma dinâmica sobre a construção de identidade da Guarda Municipal. No 8º encontro foi realizada uma avaliação sobre a utilidade da formação em suas vidas e quais foram às mudanças concretas que proporcionaram. Após o intervalo foi apresentada a Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher e realizada a adesão dos homens à Campanha (P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP)

Na 3ª Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre, são realizados 16 encontros de duas horas. O formato grupal é vivencial, com oficinas, dinâmicas, exposições, vídeos, músicas, estudos sobre as leis referentes à violência doméstica etc. Da mesma forma, a Secretaria do Estado e Diretos Humanos do Acre realiza o grupo com dinâmicas, vídeos, música e apresentação de slides. De maneira diferente está o formato do grupo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no qual o grupo é misto, ou seja, com homens e mulheres, entretanto, não com partes de um mesmo processo judicial. O recurso grupal depende do referencial dos técnicos responsáveis, que são profissionais do serviço social e da psicologia. No Tribunal de Justiça de Londrina, há primeiro encontros individuais, nos quais se explicam inclusive detalhes sobre o serviço, para posteriormente formar-se o grupo:

O acolhimento do Projeto se dá através das entrevistas jurídicas, que visam apresentar ao público alvo os objetivos do Projeto e prestar esclarecimentos sobre a determinação judicial. Após a entrevista supracitada é agendada a entrevista psicossocial que tem por objetivo coletar dados socioeconômicos e buscar apreender a percepção do homem sobre o fato que o levou ao cumprimento da determinação judicial, contribuindo com o estudo de caso individualizado, que definirá a participação em grupo ou individual. Após estudo de caso os homens são encaminhados para uma lista de espera dos grupos reflexivos e responsabilizantes ou acompanhamento individual. Os grupos são executados através de 1 encontro semanal cada, com duração de 1h30min, totalizando 12 encontros por um período de aproximadamente quatro meses, conforme metodologia elaborada especificamente para o Projeto Caminhos. Compatibilizando o atendimento pela via da reflexão, educação e responsabilização à solicitação legal da medida/sanção (P18: Questionário 17 - SEJU DEDIHC - Londrina - PR)

O serviço realizado no sistema prisional de Mato Grosso, em Cuiabá, também se inicia com entrevistas de acolhida aos autores de violência ou “reeducandos”, quando se oferta a possibilidade de participar do projeto, de forma voluntária. Na sequência, realiza-se uma entrevista semi-estruturada sobre o conhecimento do participante e o contexto da violência doméstica. Podem ocorrer outras entrevistas individuais, no decorrer da participação no serviço. Os grupos são chamados de rodas de conversa.

As metodologias descritas acima guardam um formato mais educativo e de aulas com dinâmicas informativas e em alguns casos reflexivas. No ISER, no Rio de Janeiro, o grupo ocorre de forma diferente, ou seja, é um grupo em formato aberto, de maneira a possibilitar sempre novas dinâmicas e materiais para reflexão. Segundo o entrevistado:

A postura dos profissionais possui importância estratégica para o sucesso do trabalho. Esta deve ser de uma posição que ao mesmo tempo respeite os participantes, mas que tenha a possibilidade de, através de perguntas principalmente, ajudar aos homens adquirir uma postura crítica em relação as situações de violência. (P15: Questionário 15 – ISER - RJ).

*Em resumo, as metodologias são variadas, em geral com encontros realizados semanalmente, e em formato de dinâmicas e exposições explicativas de temas diversos, conversas reflexivas tomando por base alguns disparadores como textos de jornais, piadas, vídeos. Apenas uma experiência é realizada de forma mista, ou seja, com homens e mulheres. As demais são grupos de homens e em alguns casos há grupos de mulheres também na mesma instituição. O formato também varia de acordo com o tipo de instituição onde o serviço é realizado, ou seja, tribunais, presídio, CRAS, ONGs.*

## Eixo 5 - Recursos financeiros e capacitações

---

- **Captação de recursos;**
  - **Remuneração dos facilitadores;**
  - **Capacitações iniciais ou periódicas;**
- 

O eixo 5 traz as questões relacionadas aos recursos financeiros e capacitações. Está dividido em três categorias: captação de recursos, remuneração dos facilitadores e capacitações iniciais ou periódicas.

### **Captação de Recursos**

Na sequência, serão apresentadas duas tabelas com os dados referentes à captação de recursos:

<b>Instituição</b>	<b>Captação de recursos</b>
P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal –Blumenau - SC	Fundo Municipal de Assistência Social
P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte -MG	Contrato entre o Instituto Albam e a SEDS (Secretaria de Estado de Defesa Social), por meio da CPEC (Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade).
P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG - Ponta Grossa - PR	Projeto executado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com recurso de programa estadual - “Universidade Sem Fronteiras”. Secretaria do Estado, Ciência e Tecnologia (SETI).
P 4: Questionário 4 - CAUVID – Vitória - ES	<i>Não há captação de recursos externos utilizando-se de recursos da própria Prefeitura Municipal de Vitória.</i>
P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP	A captação de recursos foi feita pela Assistência Judiciária Municipal junto ao Ministério da Justiça.
P 6: Questionário 6 - CRAS - Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema) - Diadema - SP	Não houve captação.
P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP	O projeto era financiado pela Prefeitura de Santo André.
P 8: Questionário 8 - Prefeitura de São Bernardo do Campo – S. Bernardo do Campo SP	Fui contratado como pessoa física pela prefeitura municipal para realização do Projeto.
P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP	O projeto era financiado pela Prefeitura.

Continua:

Continuação:

<b>Instituição</b>	<b>Captação de recursos</b>
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	Orçamento da Secretaria de Estado da Mulher. Dois pontos importantes a serem considerados: pelo Termo de Cooperação Técnica firmado com o MPDFT, foi acordado que os NAFVDs funcionariam dentro das dependências físicas das Promotorias de Justiça, diminuindo assim os gastos com instalação e manutenção física; em 2011 a Secretaria de Estado da Mulher firmou convênio com o DEPEN/MJ no Projeto "Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência doméstica" captando assim recursos para o aprimoramento e a ampliação do serviço.
P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG	Verbas revertidas das penas pecuniárias.
P 13: Questionário 14 - Gov. Mato Grosso e MP - Cuiabá.	Os recursos são governamentais. Os profissionais são cedidos pela secretaria do trabalho e assistência social, a coordenação do projeto é feita por membro do ministério público, tendo a coordenação técnica de um dos profissionais atuantes no projeto, além desses há a contribuição de psicólogos e assistentes sociais recém formados e alguns estagiários de psicologia e serviço social. Os materiais iniciais do projeto foram providos pelo governo do estado e a manutenção é provida pelo ministério público. O espaço físico (sala), móveis e limpeza são providos pelo próprio presídio com mão de obra dos próprios reeducandos.
P 15: Questionário 15 - ISER - RJ	O histórico dos projetos está ligado a recursos públicos (ministério da Justiça (Depen e Senasp) e ministério da saúde, o primeiro em convênio com o município de Nova Iguaçu).
P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP	Voluntário
P 17: Questionário 13 - Noos - RJ	Através de parceria do Noos com o Instituto Promundo para a realização de um componente do Projeto +Pai, realizado por esta instituição. Este projeto é financiado por uma fundação internacional localizada na Holanda.
P 18: Questionário 17 - SEJU DEDIHC - Londrina - PR	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
P 19: Questionário 18 - TJ São Gonçalo - RJ	Recursos do TJRJ
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre	A execução do convênio foi realizada com recurso federal/MJ. Atualmente o recurso investido é estadual.



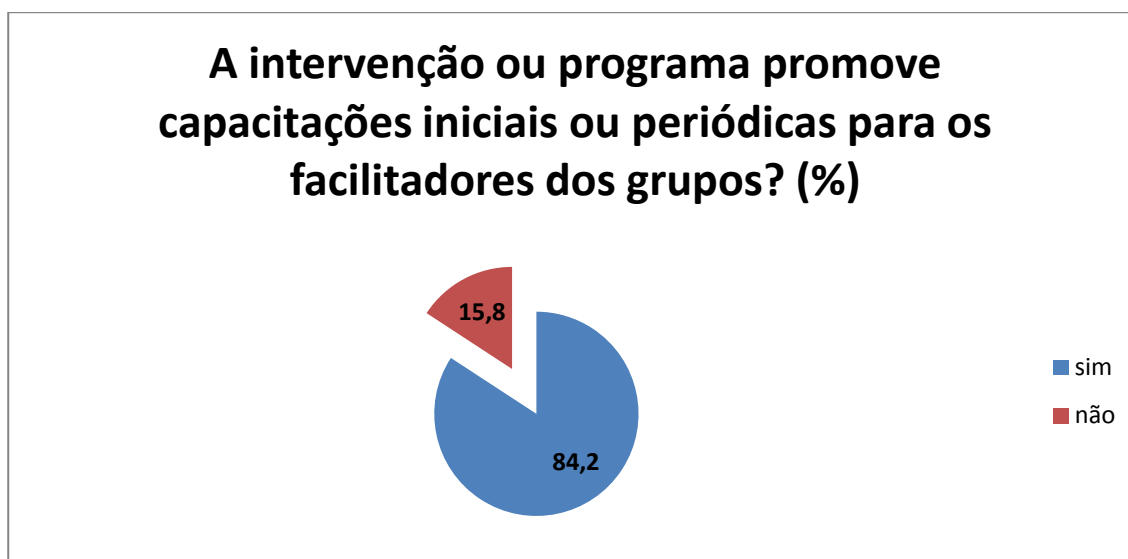
## Remuneração dos facilitadores

Sobre a remuneração dos facilitadores, foi feita uma pergunta de sim ou não. 94,5 por cento dos programas ou intervenções remuneram seus facilitadores, e 5,3% não o fazem. O gráfico abaixo mostra os resultados:



## Capacitações iniciais ou periódicas

No que se refere às capacitações iniciais ou periódicas, 84,2% dos programas ou intervenções as realizam e 15,8% não, como especificado no gráfico a seguir:



Na pergunta referente aos temas abordados nas capacitações iniciais ou periódicas, nem todos os programas ou intervenções responderam, ainda que alguns tenham afirmado que as realizam. Dentre os que especificaram os temas ou aspectos abordados, a seguir são descritas as respostas dadas para esta questão. Dada a variedade de temas, embora haja uma predominância do tema de masculinidades, descreveremos cada resposta dada contemplando suas especificidades.

No Instituto Albam em Belo Horizonte, Minas Gerais, as capacitações versam sobre temas de gênero, masculinidades, violências e manejo grupal. Além disso, contempla-se um estágio acompanhando um grupo por no mínimo quatro meses. Aprofundam em temas sobre masculinidades e manejo de grupo. Comentam que os coordenadores já apresentam uma trajetória teórica nos estudos de gênero (inclusive com mestrados e especializações na área) e também experiências com grupos.

No NEVICOM da UEPG em Ponta Grossa, Paraná, são trabalhados os temas: gênero, interdisciplinaridade, violência, direitos sociais e humanos, legislação, políticas públicas. Já no CAVVID de Vitória, Espírito Santo, as capacitações centram-se nas experiências de trabalho com grupos de homens autores de violência contra mulheres realizadas em outros estados brasileiros. No Programa Gênero e Cidadania, de Santo André, o entrevistado relata que a capacitação era constante com: livros, textos, filmes e supervisão. Em Santo André, São Paulo, no Projeto SACA – Crianças e adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual, as capacitações centravam-se em: Estudos de gênero, violência contra mulher, violência contra criança, sexualidade. Já no Programa de Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André, São Paulo, a capacitação inicial centrou-se na experiência dos grupos reflexivos realizados pelo Noos, do Rio de Janeiro.

No Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de violência Doméstica (NAFAVD), de Brasília, os temas abordados são: questões de gênero; dimensões históricas, sociais e culturais da violência contra a mulher; estudos das masculinidades. São realizadas capacitações técnicas que incluem participação em seminários, congressos e estudos teóricos internos, à parte de capacitações formalmente oferecidas pela instituição.

Ainda em Brasília, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, foi relatado que o tribunal mantém uma política de capacitações externas e internas, sendo que as últimas realizadas versaram sobre gênero e masculinidade. Ainda em experiências em instituições judiciárias, no caso da 3ª Vara

Criminal da Comarca de Pouso Alegre, em Minas Gerais, os temas abordados foram: questões gerais sobre Leis penais e civis, temas sobre a masculinidade, feminilidade, gênero, cultura etc.

No programa realizado pelo Governo de Mato Grosso e MP, em Cuiabá, as capacitações são feitas quando alguém quer participar como voluntário ou estagiário. Também nas reuniões de equipe e em cursos de extensão universitária. O ISER, do Rio de Janeiro, relata que os temas propostos nas capacitações versam sobre a perspectiva sistêmica, somatopsicodinâmica, gênero, Lei Maria da Penha, sistemática de coordenação dos grupos reflexivos. Realizam-se também cursos vivenciais, ou seja, oficinas reflexivas nos moldes das que são realizadas com o público atendido, segundo o entrevistado. No Instituto Noos, os temas são similares, já que o ISER parte da experiência pioneira deste instituto. Portanto, o entrevistado afirma que no Noos os temas ou aspectos abordados são: perspectiva sistêmica, violência intrafamiliar e de gênero, políticas públicas voltadas para prevenção e interrupção de violência, metodologia do trabalho em grupo com homens em situação de violência.

A secretaria do Estado e Direitos Humanos de Rio Branco, Acre, trabalha os temas: gênero, masculinidade, comportamento, atendimento, Lei 11.340. Já no Tribunal de Justiça de São Gonçalo, Rio de Janeiro, são oferecidos cursos, palestras e seminários com temas diversificados e relacionados com a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em São Paulo, o Coletivo Feminista especifica que, no que se refere às capacitações, inicialmente se frequenta os grupos como participantes em lugar de coordenadores, e paralelamente é dado ao integrante uma vasta bibliografia de estudos de gênero e masculinidades.

## Eixo 6 – Acesso e encaminhamentos

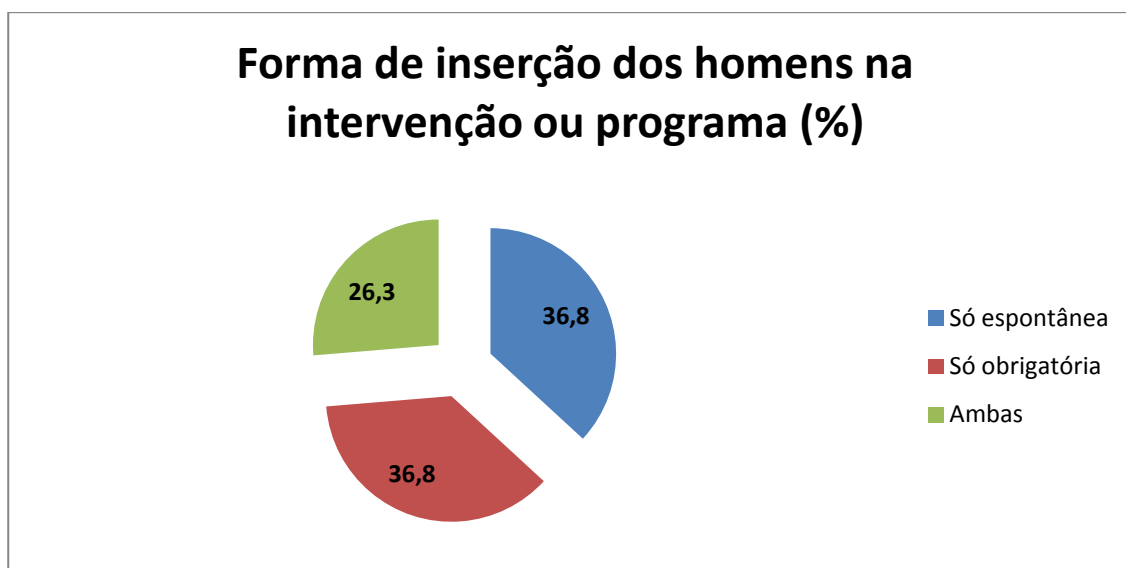
---

- **Como os homens acessam o programa**
  - **Encaminhamento ao grupo**
  - **Público-Alvo**
  - **Trabalho em rede**
  - **Encaminhamento a outros serviços**
  - **Atendimento a mulheres, famílias ou crianças**
- 

O eixo seis refere-se ao acesso e encaminhamentos quando necessário. Este eixo temático está dividido nas seguintes categorias: como os homens acessam o programa, encaminhamento ao grupo, público-alvo, trabalho em rede, encaminhamentos a outros serviços e atendimento a mulheres, família ou crianças. Seguimos com a primeira categoria.

### **Como os homens acessam o programa**

Nesta categoria, foi perguntado se os homens acessam o programa de forma espontânea, obrigatória (ou seja, por ordem judicial), ou ambas as formas. Os resultados mostram uma divisão equitativa de 36,8% para a participação exclusivamente espontânea e obrigatória. 26,3% dos programas ou intervenções relatam que o acesso ocorre de ambas as formas. Estes dados podem ser visualizados no seguinte gráfico:



## Encaminhamento ao grupo

Esta categoria explora o tema do encaminhamento ao grupo, ou seja, sobre as instituições ou serviços que enviam os homens autores de violência para o programa ou intervenção entrevistado. A seguir, serão apresentadas duas tabelas com estes dados, considerando a especificidade de cada resposta e do tipo de instituição que apresenta o serviço de atenção aos homens.

<b>Instituição</b>	<b>Encaminhamento ao grupo</b>
P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC	Profissionais do Programa de Prevenção e Combate à Violência.
P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG	São encaminhados atualmente pelo Programa CEAPA (Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas da CPEC (Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade) da SEDS (Secretaria de Estado de Defesa Social). Este órgão, por sua vez, recebe encaminhamentos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Nesse órgão, os encaminhamentos derivam-se da Lei Maria da Penha e da lei 9099 (mesmo com o advento da Lei Maria da Penha, o Juizado Especial Criminal continua encaminhando homens cuja violência se relaciona a questões de gênero. Um bom exemplo é o encaminhamento de integrantes envolvidos em brigas de torcidas organizadas, altamente relacionadas ao machismo).
P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG - Ponta Grossa - PR	Em decorrência de determinação judicial da 4ª Vara Criminal - (Juizado da Violência Doméstica)
P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES	Os homens são encaminhados para o grupo através da avaliação da equipe técnica da CAVVID, como também, do acompanhamento psicossocial realizado na 11ª Vara Especializada em Violência Doméstica.
P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP	Pelo comando da Guarda Municipal.
P 6: Questionário 6 - CRAS - Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema) - Diadema - SP	Os homens eram encaminhados pela Casa Beth Lobo e pela rede de enfrentamento à violência.
P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP	Pela rede de atendimento municipal e pelo próprio programa.

Continua:

Continuação:

<b>Instituição</b>	<b>Encaminhamento ao grupo</b>
P 8: Questionário 8 - Prefeitura de São Bernardo do Campo – S. Bernardo do Campo - SP	Pelo serviço de atendimento municipal de mulheres vítimas de violência; pela Secretaria de Cidadania e Ação Social.
P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP	Pela Promotoria Pública; Conselho Tutelar, Escolas, UBS e outros serviços da Rede de Enfrentamento à violência da cidade.
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	Os homens são encaminhados por figurarem como autores (ou supostos autores) em processos judiciais de Lei Maria da Penha. Ressalta-se que o serviço está aberto a receber participação espontânea, mas este público não tem chegado muito ao serviço.
P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Brasília - DF	Os juízes solicitam o nosso parecer, por isso os homens e mulheres são encaminhados.
P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG	Responsável pela 3ª Vara Criminal.
P 13: Questionário 14 – Gov. Mato Grosso e MP - Cuiabá	O primeiro convite para a participação no projeto é feito pela equipe técnica do projeto, estes são apurados a partir da lista de ingressantes no presídio e que são tipificados com violência doméstica e familiar.
P 15: Questionário 15 - ISER - RJ	Sistema judiciário, parceiros da rede de atenção às mulheres, busca espontânea etc..
P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP	Até 2010 os homens eram encaminhados de maneira compulsória. Porém a partir deste ano, no qual a suspensão dos processos passou a ser inconstitucional, o encaminhamento pela Vara de violência doméstica e intrafamiliar tornou-se uma "recomendação", ou seja, a participação nos grupos pode vir a ser um atenuante caso o réu seja condenado. No entanto, existem também homens que participam do grupo por procura espontânea.
P 17: Questionário 13 - Noos - RJ	Demanda espontânea, contra-referência e transação ou condenação penal.
P 18: Questionário 17 - SEJU DEDIHC - Londrina - PR	6ª Vara Criminal de Londrina
P 19: Questionário 18 - TJ São Gonçalo -RJ	Pela equipe técnica do Juizado (psicólogos e assistentes sociais) ou pelo próprio Juiz.
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre	Vara de Violência Doméstica

## **Público-alvo**

Sobre o público-alvo do programa, foi perguntado primeiramente se havia um público específico e, em caso afirmativo, qual. Dos programas entrevistados, 78,9% afirmam ter um público-alvo e 21,1% afirmam não ter, como demonstrado no gráfico a seguir:



A maioria das instituições afirma que o público-alvo é o autor de violência doméstica contra mulheres ou homens enquadrados na Lei Maria da Penha, este segundo principalmente quando o grupo é realizado em instituições judiciárias e com demanda de encaminhamento a partir de ordem judicial.

No caso da Prefeitura Municipal de Blumenau, o público é mais amplo, direcionando-se o serviço a famílias em situação de violência doméstica ou intrafamiliar. O Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), de Brasília, centra o serviço em envolvidos em situações tipificadas pela Lei Maria da Penha e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de forma similar, responde aos “jurisdicionados da Justiça com processo da Lei Maria da Penha”. O Programa Gênero e Cidadania de Santo André, em São Paulo, direcionou seu serviço a guardas civis municipais. Já o programa realizado pelo Governo do Mato Grosso e MP, em Cuiabá, direciona o serviço a homens presos por acusação em crimes nos quais a vítima tem a proteção da Lei 11.340/2006, embora em muitos casos também realizem atendimentos a familiares e vítimas.

## Trabalho em rede

Sobre o trabalho realizado em rede, 89,5% dos programas ou intervenções afirmam realizá-lo, conectando o serviço a outras instituições e serviços e 10,5% afirmam não trabalhar em rede. O gráfico a seguir ilustra estes resultados:



## Encaminhamento a outros serviços

No que se refere aos encaminhamentos a outros serviços, que podem atuar em rede com o programa ou intervenção ou como serviços complementares, 14 instituições, ou seja 73,7% relatam realizar estes encaminhamentos. Apenas 5 instituições, ou seja, 26,3% não realizam encaminhamentos. Este dado pode ser visto na tabela a seguir:

<b>9.2. Costuma-se encaminhar os homens para outros serviços?</b>		
Sim	14	73,7%
Não	5	26,3%



Na sequência, será apresentada a tabela com os tipos de serviços encaminhados, de forma descritiva, dadas a especificidade e a variedade dos serviços.

<b>Instituição</b>	<b>Nome dos serviços para onde se realiza encaminhamento</b>
P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC.	Rede de Saúde; Programa de inclusão produtiva; CAPS II e CAPS AD; Habitação; Entre outros serviços da rede.
P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG	Serviços de tratamento para álcool e drogas, serviços médicos, Defensoria Pública, Ministério Público, Núcleos de práticas jurídicas, SINE/ NIAT, CRAS, entre outros, mediante a intervenção da CEAPA (Central de Acompanhamento e Apoio a Penas e Medidas Alternativas).
P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP	UBS, Cursos Profissionalizantes, Alfabetização de Adultos.
P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP	UBS, Escolas Profissionalizantes, EJA - Educação de Jovens e Adultos, CAPS-AD.
P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF	Serviços da rede de saúde, especialmente saúde mental; da assistência social e garantia de direitos.
P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Brasília - DF	Trabalhos psicossociais na comunidade, clínicas sociais, serviços de assistência e saúde do governo.
P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG	Se preciso - Não houve caso.
P 13: Questionário 14 - Gov. Mato Grosso e MP - Cuiabá	Primeiramente aos serviços oferecidos pelo próprio presídio, como saúde, odontológico, escola, trabalho, cursos, assistência social, identificação (documentos). Quando egressos para: caps, caps-ad, serviços de saúde da família, cras, creas, escolas (progressão de estudo para adultos), cursos profissionalizantes, agência de emprego (sine)
P 15: Questionário 15 - ISER - RJ	Atendimentos psicológicos e psiquiátricos. Grupos de alcoólicos anônimos e narcóticos. Outros tipos de serviços públicos e privados de acordo com a demanda e diagnóstico na entrevista preliminar.
P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP	Caps
P 19: Questionário 18 - TJ São Gonçalo - RJ	Tratamento psicológico, tratamento psiquiátrico, tratamento para usuários de álcool e drogas, Grupos de Apoio, A.A., N.A.
P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre	Centro de atenção psicossocial - CAPS'ad, Alcoólicos anônimos – AA; Mulheres são encaminhadas para Casa Rosa Mulher

## **Atendimento a mulheres, famílias ou crianças**

Muitos programas realizam trabalhos não somente com os homens mas também com as mulheres, por vezes famílias ou com crianças. Esta questão foi contemplada no questionário, no qual 68,4% das instituições entrevistadas afirmam realizar estes atendimentos, 26,3% afirmam não realizar e 5,3% não responderam sobre esta informação. O gráfico que segue ilustra estes resultados:

### **A instituição responsável pela intervenção ou programa realiza outros atendimentos paralelos com as mulheres, as famílias ou as crianças (%)**



## Eixo 7 - Avaliação

---

- **Monitoramento e avaliação**
  - **Dificuldades**
  - **Aprendizados**
  - **Dados adicionais - aspectos relevantes da experiência**
- 

O último eixo refere-se ao tema da avaliação. Está dividido nas seguintes categorias: monitoramento e avaliação, dificuldades, aprendizados e dados adicionais - aspectos relevantes da experiência. A intenção deste eixo é mapear dados avaliativos da experiência dos programas, de forma a contribuir para aprimoramentos e intercâmbio de experiências, de forma a ter um panorama da situação destes serviços no âmbito brasileiro.

### **Monitoramento e avaliação**

Esta categoria foi avaliada por uma pergunta afirmativa ou negativa sobre a realização ou não de avaliações nos programas ou intervenções pesquisados. No gráfico abaixo, é possível notar que 94,7% das instituições realizam avaliações e apenas 5,3% não a fazem.



## **Dificuldades**

Na categoria “dificuldades”, mais de uma instituição aponta a falta de continuidade das intervenções ou programas, principalmente por mudança de gestão pública (P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP; P 6: Questionário 6 - CRAS - Leste - Centro de Referência de Assistência Social de Diadema - Diadema SP; P 7: Questionário 7 - Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual - Santo André - SP; P 8: Questionário 8 - Prefeitura de São Bernardo do Campo – São Bernardo do Campo - SP, P 9: Questionário 9 - Programa Gênero e Cidadania da Prefeitura de Santo André - Santo André - SP, P15: Questionário 15 - ISER - RJ).

Também foi pontuada a dificuldade de adesão dos homens (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC) e resistência, implicação e preconceitos (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal – Blumenau - SC, P 3: Questionário 3 - NEVICOM UEPG - Ponta Grossa - PR, P 4: Questionário 4 - CAVVID - Vitória ES). Outro aspecto levantado refere-se às “dificuldades de manter a estrutura física e administrativa da instituição a partir das fontes de financiamento” (P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG).

O CAVVID de Vitória (ES) relata que os homens acabam por entender o grupo como “benefício” em seu caso na justiça, tendo restrições em utilizar tal espaço como reflexivo (P 4: Questionário 4 - CAVVID – Vitória - ES.) Nesta instituição, apontam também a limitação no número de encontros devido à falta de facilitadores, considerando que os mesmos estão vinculados a outras atividades grupais paralelamente.

O Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), Brasília, DF, relata quatro pontos significativos como dificuldades relacionadas ao serviço:

1. Uma compreensão clara das instituições da justiça sobre os objetivos do acompanhamento com homens autores de violência (uma compreensão, por exemplo, de que o serviço não é de assessoramento a juízes e/ou promotores);
2. Uma compreensão clara do serviço pelos próprios órgãos do poder público, para que eles compreendam que o trabalho com homens autores de violência doméstica deve fazer parte das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher;
3. Ausência de uma Norma Técnica institucionalizada, principalmente da SPM, sobre serviços de responsabilização e reeducação a agressores;

4. Pouca literatura acadêmica ou mesmo formação específica para este tipo de trabalho a ser desenvolvido. (P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) Brasília - DF)

Outro aspecto apontado é o fato de algumas situações necessitarem de uma avaliação rápida, no contexto do tribunal de justiça. Este aspecto acaba, por vezes, dificultando uma intervenção mais aprofundada, que permita uma melhor análise da situação apresentada (P 11: Questionário 11 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Brasília - DF). Também é relatada neste tópico “a revolta dos infratores”, como uma dificuldade presente nas intervenções (P 12: Questionário 12 - III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre - MG.).

No caso do questionário respondido pela intervenção feita em Cuiabá, pelo governo de Mato Grosso, há uma característica diferenciada das outras experiências, pois o serviço é feito dentro do presídio. Neste caso, a dificuldade relatada está relacionada ao caráter organizativo da prisão, sobre o acesso aos homens condenados, devido a assuntos de segurança.

A falta de critérios claros por parte do sistema judiciário nos encaminhamentos, falta de apoio dos municípios e Estados, serviços de rede fragmentados e a falta de clareza no que se refere a funções da equipe multidisciplinar dos juizados (provocando concorrência com as funções do projeto) são pontos enfatizados pelo ISER, no Rio de Janeiro (P 15: Questionário 15 – ISER - RJ). Além disso, reclamam sobre o pouco empenho do governo federal em promover uma política pública para estes tipos de atendimentos com homens.

Na entrevista do Coletivo Feminista, de SP, questões financeiras e de convênios são apontados como dificuldades (P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP), já o SEJU DEDIHC de Londrina enfatiza a dificuldade relacionada à rotatividade do público-alvo na questão da medida protetiva. Similar a esta consideração, está a dificuldade enfrentada em São Gonçalo - RJ, referente ao alto índice de evasão nos grupos. Também apontam o desinteresse das mulheres por não comparecerem às entrevistas, dificultando a compreensão da dinâmica relacional. A equipe da secretaria do Estado e Direitos Humanos, no Acre, aponta a dificuldade de realizar capacitações continuadas.

*Em resumo, as principais dificuldades se relacionam com a falta de continuidade, mudanças de gestão pública que acabam com os serviços, necessidade de políticas públicas federais e questões específicas de funcionamento e melhorias internas do serviço. Também algumas dificuldades relacionadas ao encaminhamento, à necessidade de aprimoramento e melhora no sincronismo institucional do serviço.*

## **Aprendizados**

*“A mudança de comportamento É POSSÍVEL”*  
**P 20: Questionário 19 - Secretaria do Estado e DH - Acre**

Uma das perguntas feitas no questionário se referia aos aprendizados da experiência de atenção aos homens. Este tema foi categorizado na organização dos dados qualitativos como “aprendizados”. A seguir, serão descritas algumas das respostas dadas neste item.

Do trabalho feito em Blumenau (SC), comentam ser “fundamental trabalhar com esses sujeitos”, repensando sua condição de homens, e “resignificando seus valores na vida” (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal - Blumenau - SC). Por outro lado, o Instituto Albam enfatiza como aprendizado difícil, porém proveitoso, o “manejo de grupos cujos participantes, além de estarem por obrigação, compartilham de ideias e práticas machistas e sexistas, com alta resistência inicial à medida aplicada, grande dificuldade de identificar e expor sentimentos, identidades marcadas pela estereotipia do machismo em vários níveis” (P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG) .

O CAVVID de Vitória (ES) afirma que o trabalho grupal com homens tem ajudado nos atendimentos individuais gerais, ou seja, dos homens e mulheres, já que os técnicos são os mesmos. Percebem como fundamental o trabalho grupal por provocar reflexões sobre o ato violento e suas origens (P 4: Questionário 4 - CAVVID - Vitória - ES) . Do Programa Gênero e Cidadania, de Santo André - SP, relatam “As discussões eram profundas, os temas introspectivos, a resistência se fazia presente de diferentes formas: como o riso constante e as brincadeiras. Mas, dia a dia se percebiam mudanças nos discursos, posições inovadoras e depoimentos sensibilizados” (P 5: Questionário 5 - Programa Gênero e Cidadania - Santo André - SP). O Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) – Brasília - DF enfatiza

que “Quando o serviço consegue paralelamente acompanhar o autor e a vítima da violência, é muito maior a possibilidade de transformação de valores e práticas machistas e de mudança nas dinâmicas violentas do relacionamento” (P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) – Brasília - DF).

O Coletivo Feminista de São Paulo relata como aprendizado uma questão relacionada ao sincronismo com o sistema judicial que dificulta o serviço:

“Os homens geralmente são encaminhados aos grupos cerca de 2 anos depois do BO ser feito. Portanto o “ápice” do conflito já se esgotou. Muito dos homens não mantém contato com a companheira desde o ocorrido, então existe um inconformismo da parte deles por serem mandados aos grupos tanto tempo depois. Mas percebemos que isso se dá devido ao fluxo de encaminhamento, que cabe ser repensado, como por exemplo, ser atrelado às medidas protetivas”. (P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP)

Ainda na resposta dada pelo Coletivo Feminista, enfatizam que é unânime entre os homens a opinião de que as mulheres também deveriam ser encaminhadas para um grupo reflexivo, considerando que a violência é relacional. A ausência de grupos para elas faz com que mantenham determinadas dinâmicas de comportamento, dificultando um trabalho mais efetivo que considere a complexidade da questão. Segundo relatam “percebem que eles mudaram, mas elas, por falta de “oportunidade”, ainda mantêm comportamentos hostis que podem propiciar uma situação de violência” (P 16: Questionário 16 - Coletivo Feminista - SP).

A questão da complexidade da temática também é exposta no relato no questionário respondido pela equipe do Tribunal de Justiça de São Gonçalo, Rio de Janeiro, apontando também questões contemporâneas sobre conjugalidade e algumas estratégias jurídicas de algumas mulheres para levar vantagem sobre seus maridos. Estes aspectos podem ser observados no relato:

“A questão da desigualdade de gênero é apenas um dos fatores quando se trabalha com Grupos de Gênero. Através do relato dos homens nota-se que a realidade é muito mais complexa. É preciso considerar a relação. Trabalho há mais de 10 anos com essa temática e percebo que houve uma mudança significativa nas relações homem/mulher. A falta de diálogo, impaciência, intolerância, individualismo, incompreensão tanto dos homens quanto das mulheres vem corroendo os relacionamentos. Os casamentos estão mais “descartáveis” e o descontrole emocional acaba ocasionando vários tipos de violência e desrespeito com o outro. Infelizmente temos observado que algumas mulheres estão se valendo da lei Maria da Penha e as medidas protetivas para impedir o acesso dos homens aos filhos como também para tentar levar vantagem em questões patrimoniais. Resta acrescentar que as medidas protetivas também foram um ganho para as mulheres vítimas que realmente se encontram em risco” (P 19: Questionário 18 - TJ São Gonçalo - RJ).

Por outro lado, o ISER, do Rio de Janeiro, enumera alguns aprendizados que podem ser traduzidos como necessidades futuras para este tipo de serviço, a saber:

- Necessidade de uma capacitação constante e profunda com fundamentação teórica e prática consistente.
- Necessidade de uma rede bem estruturada.
- Relação com a equipe do sistema judiciário bem estabelecida com possibilidade de participação nas audiências.
- Maior necessidade de elaboração de instrumentos de avaliação e que esta seja compartilhada com a rede.
- Melhor clareza com o estabelecimento das funções da equipe dos juzgados (P 15: Questionário 15 – ISER - RJ.)

De modo geral, entre os diversos grupos pesquisados, outros pontos levantados foram: a pouca diferença entre homens que praticaram e não praticaram violência, a relatividade do conceito de violência que pode ter significados diferentes para cada um, notando a capacidade de mudança de comportamento e de discursos. Também a necessidade de investimentos em políticas públicas que promovam a construção de um processo reflexivo e socioeducativo de teor crítico, a especificidade de cada caso atendido, recomendando-se estar atento a esta diversidade, e a complexidade da violência e do papel da justiça nestes casos. Entendem que a demanda obrigatória gera resistência no início, mas que se bem trabalhada possibilita que o sujeito se identifique com suas próprias demandas subjetivas. Indicam a necessidade de um trabalho em rede (bem estruturada) e a necessidade de mais espaços de cuidado e atenção aos homens. A discussão de masculinidades é vista como um importante caminho para discutir gênero.



## **Dados adicionais - aspectos relevantes da experiência**

A categoria “dados adicionais – aspectos relevantes da experiência” era uma pergunta aberta no questionário que dava a oportunidade do/a entrevistado/a de cada instituição ampliar algum aspecto considerado relevante sobre a experiência de atenção grupal com homens autores de violência. Surgiram diferentes respostas que ampliavam informações e enfatizavam questões já respondidas no questionário. Na sequência, foram selecionadas as principais respostas desta categoria, apresentadas literalmente, dada a sua variedade.

Sobre a experiência realizada pela Prefeitura Municipal de Blumenau, o entrevistado enfatiza a importância de trabalhar também com os homens no tema da violência contra mulher, considerando que pouca atenção é dada ao autor de violência em muitas políticas neste setor. Afirma o entrevistado:

Não trabalhar com os homens autores de violência contra a mulher seria o mesmo que “secar o chão com a torneira aberta”, isso revela a ineficácia desta intervenção que prevalece pelo Brasil a fora! (P 1: Questionário 1 - Prefeitura Municipal -Blumenau - SC)

Nesta mesma linha temática, de ênfase na importância do atendimento também para os homens autores de violência, a entrevistada da equipe de Brasília, do Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), afirma que:

O serviço defende a importância do acompanhamento a todos os envolvidos na situação de violência doméstica e familiar contra a mulher respeitando o sigilo e a segurança de cada usuário. Porém, diferentes fatores têm influenciado para que os acompanhamentos sejam majoritariamente com os homens, dentre esses fatores posso destacar: uma dificuldade da justiça de encaminhar a própria mulher para o acompanhamento; dificuldade de adesão das mulheres ao serviço; compreensão de algumas instituições de que o serviço deve realizar apenas o atendimento a homens e as mulheres devem ser atendidas em outros serviços da rede; facilidade da adesão dos homens a partir do vínculo judicial para o acompanhamento; entre outros. (P 10: Questionário 10 - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) - Brasília - DF)

Também a experiência de Vitória (CAVVID), do Tribunal de Justiça de Brasília e da Secretaria do Estado e Direitos Humanos do Acre fazem coro com a afirmação da importância de se trabalhar

com os homens para o combate da violência contra a mulher, aspecto considerado fundamental, e relatando os ecos das ações já realizadas com estes sujeitos como positivos.

Na experiência do Tribunal de Justiça de São Gonçalo, explicam que fazem também o trabalho com as mulheres, considerando a necessidade de intervir com todos os lados e vetores da problemática. Avaliam a experiência como positiva para o tribunal e para o sistema de justiça, como forma de trabalhar com os conflitos de uma maneira menos tradicional. Relatam o impacto no sistema de justiça. A seguir, o trecho em que relatam estas questões:

Cabe registrar que o Juizado da Violência de São Gonçalo vem realizando Grupos de Gênero não só com homens, como também Grupos com mulheres vítimas de violência nos processos judiciais. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, uma instituição de conceitos, historicamente, rígidos abriu possibilidade a novos olhares sobre a questão da violência doméstica e na perspectiva de propor a reflexão aos homens e mulheres, envolvidos nesse tipo de conflito. Além de concretizar o desejo de trabalhar tais questões de forma menos tradicional e mais eficaz do que normalmente a Justiça impõe. Uma vez que leva os homens e mulheres em questão a pensar, refletir, rever atitudes consigo mesmo e com a vida. O que demonstra eficiência e eficácia de um trabalho que vai para além da ação processual traçando um novo patamar de intervenção dentro do Poder Judiciário, mais humanizado e com bons resultados. Assim, o Projeto de Grupo Reflexivo de Gênero desenvolvido, vem trazer a população atendida, um espaço de discussão, indo para além do fator punitivo. É uma proposta de trabalho que busca prevenir novos delitos, sendo uma alternativa bem sucedida na superação de conflitos de gênero e também de novas possíveis demandas processuais. (P 19: Questionário 18 - TJ São Gonçalo - RJ).

No caso destas experiências, a demanda é obrigatória, ou seja, os homens são obrigados a participar do grupo, por ordem judicial, sendo os grupos integrados aos aparatos de justiça. Nestes casos, um fato importante para o sistema de justiça é a reincidência. Neste sentido é pertinente dar ênfase à experiência realizada em Cuiabá, onde relatam os efeitos desta iniciativa no sistema prisional, onde os grupos são realizados e apontam a não reincidência. Este aspecto também é enfatizado pela experiência do Tribunal de Justiça de Pouso Alegre, em Minas Gerais. A seguir, será apresentado o trecho dos questionários da experiência de Cuiabá:

Com o trabalho realizado com os reeducandos de violência doméstica e familiar, que são em torno de 16% dos que passam pelo centro de ressocialização cuiabá, há uma diminuição na violência dentro da prisão, que pode ser registrado na diminuição significativa dos motins e rebeliões. Na duração do projeto foram atendidos, até o final de 2013, 1580 homens. Sendo a participação voluntária, até o momento escolheram não participar do projeto três pessoas (P 13: Questionário 14 – Gov. Mato Grosso e MP - Cuiabá).

Diferente das experiências em instituições do sistema de justiça, como presídios e tribunais, a ONG Noos, no Rio de Janeiro tem um histórico de atenção à demanda espontânea, à parte da demanda obrigatória encaminhada pelo sistema judiciário. O entrevistado desta instituição enfatiza a importância de ter atenção também a esta demanda espontânea nas atuações.

Uma das grandes dificuldades no que se refere à manutenção destes grupos e experiências em diferentes partes do país está na falta de uma política pública nacional que regularize e trabalhe na continuidade e manutenção deste grupos, no que se refere a financiamentos, diretrizes e metodologias. O entrevistado da experiência realizada pelo ISER, no Rio de Janeiro, relata esta dificuldade:

O ISER possui uma grande experiência no atendimento de homens autores de violência contra as mulheres e tem investido na discussão da criação de uma política pública. Já realizou algumas publicações que abordam esta temática, bem como, promoveu diversos eventos com atores estratégicos. Porém, vem sofrendo com a descontinuidade o que impossibilita o desenvolvimento de atividades como o monitoramento e avaliação por exemplo. (P 15: Questionário 15 – ISER - RJ)

Por fim, o relato apresentado pelo Instituto Albam, de certa forma, resume bem os pontos enfatizados sobre a importância de realização destes grupos e aspectos relevantes da experiência no que se refere à mudança sobre masculinidades, estereótipos e dinâmicas relacionais, em que o grupo é entendido como um espaço privilegiado de promoção de transformação e reflexão para estes homens. A seguir, o trecho relatado por esta instituição:

Consideramos um trabalho fundamental e necessário para aqueles que desejam mudar os paradigmas sexistas e machistas presentes na sociedade. O grupo tem como resultado não apenas a melhoria da qualidade de vida e da segurança das mulheres, mas também a qualidade de vida dos homens. Temos frisado tal aspecto nos textos produzidos e capacitações, pois é graças a ele que as intervenções têm efetividade e adesão por parte dos homens, uma vez que proporciona a eles: conseguir resolver conflitos de formas mais interessantes e não pautadas na violência; conseguir viver a masculinidade de formas mais abertas, permeáveis e flexíveis (em detrimento da estereotipia presente no modelo hegemônico e machista de identidade masculina); conseguir ter relações amorosas mais dialogais e, portanto, mais prazerosas para ambos; exercer a paternidade de modo afetivo; conseguir o difícil movimento intersubjetivo de sair de si e se colocar no lugar do outro. Assim, os homens passam a cuidar mais de si a partir das intervenções feitas, o que, obviamente, reflete positivamente nas relações afetivas, familiares e sociais como um todo. O trabalho com homens deve ultrapassar a visão maniqueísta no entendimento do gênero, sem, no entanto, minimizar a desigualdade, a diferença de poder e o machismo: é esse o principal desafio que acreditamos existir no manejo dessas intervenções. ( P 2: Questionário 2 – Albam - Belo Horizonte - MG).

## ***Considerações Finais***

Este mapeamento buscou conhecer as experiências de serviços de atenção a homens autores de violência contra mulheres no Brasil. Realizado de forma exploratória e descritiva, apresenta-se como um material que dá início a um primeiro panorama sobre a situação geral desses serviços de atenção a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Nota-se um marco de crescimento destas iniciativas pós o advento da Lei Maria da Penha, que recomenda estes tipos de intervenções.

Mostra a situação atual, as dificuldades, aprendizados e desafios no desenvolvimento e manutenção destes serviços. Nota-se que ainda pode haver um maior intercâmbio de experiências com as iniciativas internacionais neste campo que não necessariamente são conhecidas e usadas no contexto brasileiro, de forma geral, de acordo com o que foi pesquisado neste estudo. As experiências, em sua maioria, são recentes (grande parte após 2003, e um número significativo após 2012), com uma grande influência das recomendações expostas na Lei Maria da Penha. Inclusive, as intervenções pioneiras se reestruturaram depois da promulgação da lei. É possível perceber um predomínio de programas em instituições governamentais e jurídicas, aspecto possivelmente também influenciado pela criação desta lei e das varas especializadas na violência contra mulher, em tribunais de justiça. Apenas um serviço é realizado em presídio.

Um grande ponto que trava a continuidade e promoção de novas iniciativas tem sido a dificuldade de recursos contínuos, ou a falta de uma política nacional específica relacionada ao trabalho com homens autores de violência contra mulheres, fazendo com que muitas iniciativas sejam pontuais e localizadas. Apesar de haver uma política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres (Brasil, 2011), esta apenas menciona a necessidade do trabalho com os homens considerados agressores e também ainda é muito recente, considerando que data de 2011. Seria possível afirmar que há a falta de um aprofundamento e criação de diretrizes específicas a estes serviços com homens, sempre em consonância com os demais serviços indicados na política nacional já citada. Trata-se de um setor promissor, em que ainda há pouco trabalho realizado em nível nacional. Tomando por base recomendações e experiências internacionais sobre esses serviços, é possível afirmar que os programas ou as intervenções são muito mais efetivos quando o serviço se realiza de forma continuada e integrada a diversos outros serviços, atendendo à necessidade de um trabalho multidisciplinar, complexo e que atenda a todos os

envolvidos na questão (mulheres, homens, casais, famílias, crianças). Entre as instituições pesquisadas, os dados mostram haver uma conexão de rede e encaminhamentos a outros serviços. Isto ocorre de forma variada no que se refere aos tipos de instituições colaboradoras. Vale destacar que essa rede se desatualiza com o fim dos projetos e intervenções ou serviços com homens, devido ao término de recursos. Portanto, o ideal seria que fosse um serviço contínuo e permanente.

Diferente do contexto internacional, onde predomina um teor psicológico e cognitivista como teoria de base, e teorias de gênero não necessariamente comprometidas politicamente com os feminismos (Beiras, 2012), no contexto brasileiro nota-se que há o desenvolvimento de perspectivas mais embasadas na necessidade criada pela lei, fundamentada nos direitos humanos e em questões feministas. Há o desenvolvimento de grupos mais educativos, reflexivos ou psicoeducativos. Nota-se que ainda não há uma eficiente comunicação e intercâmbio entre estas experiências, considerando-se que são iniciativas recentes, ponto que pode ser positivo que ocorra no futuro. Ainda assim, há um diálogo de tais experiências atuais com algumas instituições pioneiras, como o Instituto Noos e o Coletivo Feminista, que têm sido referentes e multiplicadores, capacitando metodologicamente alguns serviços.

Ainda é incipiente a possibilidade de ter dados concretos sobre avaliações da efetividade e eficiência destas intervenções, considerando-se a vigência de muitas delas e que há muito que se avançar em termos metodológicos, compartilhamento de experiências e redes e integração com outros serviços.

Sugere-se a ampliação deste mapeamento para que se possa ter um panorama mais ampliado e analítico sobre estes serviços, promovendo um diálogo em rede, a troca de experiências e metodologias, bem como formas de avaliação.

## **Referências**

- Acosta, F., Andrade, A., Bronz, A. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero. Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Adams, D., Cayouette, S. (2002). Emerge: a group education model for abusers. En: E. Aldarondo & F. Mederos. (Eds.). *Programs for men who batter: intervention and prevention strategies in a diverse society* (pp. 1-25). New York: Civic Research Inc.
- Beiras, A. (2012). La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona (Espanya).
- Beiras, A. (2009). Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.), *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.
- Beiras, A., Lodetti, A. S. Clímaco, D. A, Lago, M. C. de S., Toneli, M. J. (2007). Programas de atenção a homens autores de violência latino-americanos – A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina, após um ano de lei Maria da Penha. En Associação Brasileira de Psicologia Social (Ed.), *Anais do XIV Encontro Nacional da Abrapso – Trabalhos completos*, (pp. 01-13). Rio de Janeiro: ABRAPSO
- Boira Sarto, S. (2010). *Hombres maltratadores: historias de violencia masculina*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Brasil (2011). Política Nacional de Enfrentamento à violência contra mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres e Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Presidência da República, Brasília. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>
- Garda Salas, R. (2009). *Intervencion integral com hombres que ejercen violencia contra su pareja. Análisis de modelos y lineamientos de trabajo*. México, D.F.: Hombres por la Equidad, A. C./Indesol/Sedesol.
- Geldschläger, H, Ginés, O., Ponce, A. (2011). Grupo psicoterapêutico con hombres que ejercen violencia de género. En N. Roca Cortés, & J. Masip Serra (Eds.), *Intervención grupal en violencia sexista* (pp.344-368). Barcelona: Herder Editorial.
- Gondolf, E. W. (1997). Batterer programs: what we know and need to know. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 83-98.
- Gondolf, E. W. (2002). *Batterer intervention systems: issues, outcomes, and recommendations*. London: Sage.
- Jenkins, A. (2009). *Becoming ethical. A parallel, political journey with men who have abused*. Lyme Regis, UK: Russell House Publishing.
- Lima, D. C., Buchele, F. & Clímaco, D. de A. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saude soc.*, 17 (2), 69-81.

- Montero, A., Bonino, L. (2006). Criterios de calidad para intervenciones con hombres que ejercen violencia en la pareja (HEVPA). Monográfico. *Cuadernos para el debate. Grupo 25*. 1, 1-33.
- Nascimento, M. A. F. do. (2001). *Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher*. Tesis de Maestría no publicada de Salud Coletiva. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ponce-Antezana, A. (2012). Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero, *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, 42, 9-25.
- Quinteros Turinetti, A. & Carbajosa Vicente, P. (2008). *Hombres maltratadores. Tratamiento psicológico de agresores*. Madrid: Grupo 5.
- Ruiz Arias et al. (2010). Documentos penitenciarios 7. Violencia de género. Programa de intervención para agresores (PRIA). Madrid: Ministerio del Interior. Secretaría General Técnica.
- Toneli, M. J. F., Beiras, A., Clímaco, D. , & Lago, M. C. S. (2010). Serviços de atendimento a homens autores de violência latinoamericanos: limites e possibilidades. In M. J. F. Toneli, M. C. S. Lago, A. Beiras & D. A. Clímaco (Eds.). *Atendimento a homens autores de violência contra mulheres: experiências latino americanas* (pp. 229-244). Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Vargas Urías, M. A. (2009). *Propuesta de lineamiento para la atención y reeducación de hombres agresores, a partir del diagnóstico sobre los modelos de intervención en México*. Mexico D.F.: Instituto Nacional de las Mujeres.
- Welland, C., & Wexler, D. (2007). *Sin golpes. Cómo transformar la respuesta violenta de los hombres en la pareja y la familia*. México, DF.: Editorial Pax México.
- Wexler, D.B. (1999). The broken mirror. A self psychological treatment perspective for relationship violence. *The Journal of Psychotherapy Practice and Research*, 8, 129-141.

## **Anexo**

### **Questionário**

#### **Mapeamento de programas ou intervenções grupais com homens autores de violência contra mulheres realizados no Brasil**

Nome Entrevistado/a: \_\_\_\_\_

Data        .....        .....        .....  
                 (dia)        (mês)        (ano)

Nome organização: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

**1. Conte-nos sobre o histórico da intervenção ou programa:**

**1.1. Quando e como começou a ser realizado:**

**1.2. Tipo de instituição:**

- 1  ONG  
2  OS-Organização Social  
3  Governamental. Qual: \_\_\_\_\_

**1.3. Objetivos da instituição:**

**1.4. Objetivo da intervenção ou programa:**

**2. Quais os aspectos epistemológicos e teóricos norteadores da intervenção ou programa? (Marque uma ou mais opções)**

- 1  Estudos de gênero  
2  Feminismos  
3  Estudos de masculinidades  
4  Direitos humanos  
5  Perspectiva psicoeducativa  
6  Perspectiva clínica comportamental



- 7  Perspectiva sistêmica
- 8  Perspectiva psicanalítica
- 9  Perspectivas múltiplas integradas
- 10  Outras. Explícite \_\_\_\_\_

**2.1. Se assinalada a alternativa 2 – feminismos – descreva quais perspectivas.**

**2.2. Se assinalada a alternativa 3 – estudos de masculinidade – cite os autores de referência.**

**3. Conte-nos sobre a metodologia de trabalho na intervenção ou programa.**

**3.1. Tipo de atendimento:**

- 1  Apenas individual
- 2  Apenas grupal
- 3  Individual e grupal

**3.2. Número de sessões:**

- 1. Grupais
- 2. Individuais

**3.3. Coordenação Grupal feita por:**

- 1  Somente homens
- 2  Somente mulheres
- 3  Homens e mulheres
- 4  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**3.4. Coordenação Grupal estruturada com:**

- 1  Somente uma pessoa
- 2  Dupla de homens
- 3  Dupla de mulheres
- 4  Dupla mista
- 5  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**3.5. Estruturação do grupo:**

- 1  Grupo aberto durante todo o tempo da realização
- 2  Grupo aberto até determinada sessão e depois fechado
- 3  Grupo fechado
- 4  Outra estruturação. Qual? \_\_\_\_\_

**3.4. Realização do grupo:**

- 1  De forma contínua
- 2  De forma periódica
- 3  De outra forma. Qual? \_\_\_\_\_

**3.5. Descreva aqui outros detalhes metodológicos que considere relevantes (por exemplo, níveis, duração, tipo de intervenção e dinâmicas, uso de materiais nacionais ou internacionais, pausas na realização):**

**4. Especifique sobre a captação de recursos para a realização desta atividade.**

**5. Os/as facilitadores/as são remunerados?**

1  Sim

2  Não

**6. São realizadas capacitações iniciais ou periódicas com os facilitadores?**

1  Sim

2  Não

**7. Se sim, que temas ou aspectos são abordados?**

**8. Como os homens são inseridos na intervenção ou programa?**

**(Marque uma ou mais opções)**

1  Participação espontânea

2  Participação obrigatória

**8.1. Em ambos os casos, por quem os homens são encaminhados para o grupo.**

**8.2. A intervenção ou programa dirige-se a algum público específico?**

1  Sim. Qual: \_\_\_\_\_

2  Não

**9. Trabalho em rede:**

**9.1. Há um trabalho em rede com outras instituições?**

1  Sim

2  Não

**9.2. Costuma-se encaminhar os homens para outros serviços?**

1  Sim

2  Não

**9.3. Se sim, para que tipo de serviços encaminha preferencialmente?**

**9.4. São feitos outros atendimentos em paralelo na instituição, com as mulheres, família ou crianças?**

- 1  Sim
- 2  Não

**10. Monitoramento e avaliação:**

**10.1. É feito a avaliação da intervenção ou programa?**

- 1  Sim
- 2  Não

**10.2. Como os registros desta avaliação são armazenados?**

**10.3. Como os resultados desta avaliação são usados?**

**10.4. Quais são as principais dificuldades percebidas até o momento?**

**10.5. Quais são os principais aprendizados até o momento?**

**11. Registre aqui qualquer aspecto que considere relevante da experiência com a intervenção ou programa com homens autores de violência realizada pela sua instituição.**